

ÓRGÃO CENTRAL  
DO  
PARTIDO COMUNISTA  
PORTUGUÊS

Director  
António Dias Lourenço

# Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 49 — Série VII — N.º 332  
29 de Maio de 1980

Preço: 12\$50

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português

Dir./Red. — R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 — Telex 18390

Composição e Impressão — Heska Portuguesa

Distribuição — CDL, R. Pedro Nunes, — 1000 Lisboa

# JUVENTUDE DE ABRIL CAMINHO DO FUTURO



págs. 6/7/8

## Portugal e o Mercado Comum

### Conferência do PCP



Pág. 12

Porto · 31 Maio 1980  
Faculdade de Economia  
sessão de encerramento  
Palácio de Cristal, 21.30h

## Fora com a AD dos jornais, rádio e TV!



Dezenas de milhares de trabalhadores manifestaram-se sábado passado em Lisboa, entre o Marquês de Pombal e os Restauradores, onde se realizou um comício de protesto contra a descarada ingerência e manipulação do Governo nos órgãos de Comunicação Social estatizados. A elevada adesão de jornalistas, gráficos e outros trabalhadores da imprensa, rádio e TV, testemunhou de forma bem clara que são os próprios profissionais da informação os primeiros a repudiar uma situação verdadeiramente intolável no Portugal de Abril

Pág. 5

## OS 800 DA AJUDA (batido um novo recorde)

Aumenta a participação nas jornadas de trabalho voluntário no Alto da Ajuda. Para além dos fins-de-semana, convém entretanto ter em conta que os próximos dias 5 e 10 são feriados, pelo que há que aproveitar tais datas para dar um novo e decisivo impulso à preparação do terreno para a Festa.

Por outro lado, prossegue em ritmo assinalável a venda da EP, se bem que também neste aspecto se imponha avançar mais e mais depressa. E aqui fica uma boa notícia: a DORL já vendeu mais de 20 mil EP's.

Pág. 3

festa do  
Avante!  
ALTO DA AJUDA 11, 12, 13 JULHO/1980  
trabalho para sorriremos.  
não dá entrada na festa



festa do  
Avante!  
ALTO DA AJUDA 11, 12, 13 JULHO/1980

Editorial

## UM GOVERNO EM FASE CRÍTICA

Editorial

# UM GOVERNO EM FASE CRÍTICA

É um facto visível que o, já de si transitório, e precário, Governo do PPD e do CDS entrou numa fase crítica.

Raras vezes se tem podido verificar num tempo tão curto e de maneira tão linear e transparente aos olhos do Povo português a justeza de previsões e prevenções políticas como as que foram avançadas pelo PCP à raíz da constituição da Aliança reaccionária e da formação do Governo Intercalar Sá Carneiro/Freitas do Amaral.

É útil rememorar o que então previu e preveniu o PCP:

O Governo saído das eleições de Dezembro era — e os factos o comprovam

- Um Governo do grande capital e dos latifundiários serventuário do imperialismo;
- Um Governo de ruptura institucional inquinado por tendências golpistas;
- Um Governo da mais descarada demagogia a cobrir uma prática essencialmente fascizante;
- Um Governo Inimigo do 25 de Abril.

Por outro lado, e em consequência da sua natureza intrínseca, a política deste Governo afirmou-se-lhe de maneira crescente como

- Uma política de classe visando a rápida reconstrução das estruturas e dinâmica da grande exploração capitalista;
- Uma política de violação sistemática da Constituição e da legalidade democrática, de repressão violenta visando a destruição do regime democrático, das conquistas sociais e económicas da Revolução portuguesa, das liberdades;
- Uma política de restabelecimento acelerado do poder económico e político dos monopólios, das forças e classes sociais que no passado conceberam, alimentaram e garantiram a ditadura fascista de Salazar e Caetano.

Os portugueses, mesmo os menos informados, estão hoje largamente instruídos pela dura experiência da vida de todos os dias acerca das características essenciais do Governo «AD» e da sua política anticonstitucional — estão em condições de comprovar por si próprios a justeza das previsões e prevenções dos comunistas e daí tirarem as lições necessárias.

É a concretização na prática dessas previsões e prevenções que está no miolo da operação política subversiva posta actualmente em curso pela Aliança reaccionária; é isso que informa os planos da reacção para o domínio absoluto do aparelho de Estado não só a partir dos actos eleitorais que se avizinhm mas se possível desde já, no período intercalar, recorrendo a práticas golpistas.

A O cabo de cinco meses de existência não é mais possível iludir as realidades e conse-

quências desastrosas da política de subversão institucional da reacção no Governo. Contra essa política de ilegalidades, violências e golpadas ergue-se, cada vez mais firme, uma poderosa barreira popular, democrática e patriótica de resistência e luta.

Resistência e luta reveladoras da indomável vontade do nosso Povo e da força das instituições democráticas do País para a defesa do património revolucionário do Portugal de Abril.

Neste capítulo importa reter alguns factos significativos da conjuntura actual.

É um facto inegável que as instituições democráticas, postas rudemente à prova pelas iniciativas anticonstitucionais e golpistas do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral, têm revelado notável capacidade funcional e insuspeitado vigor, não somente em órgãos de soberania legitimados pelo 25 de Abril e pela Constituição como em sectores do poder político onde o sopro da Revolução menos se fez sentir.

Referimo-nos no primeiro caso a órgãos de soberania como o Conselho da Revolução, de natureza político-militar, e ao organismo consultivo de verificação da constitucionalidade das leis, a Comissão Constitucional, e no segundo caso aos Tribunais, órgãos de soberania aos quais a Constituição confere competência para administrar a justiça em nome do povo.

Movimento de massas, Conselho da Revolução, Tribunais — três sectores de intervenção política, militar e jurídica de origem e natureza singularmente diferentes mas cuja acção, apesar da sua autonomia e mesmo, em relação a alguns deles, de uma certa antinomia, se tem conjugado na defesa das instituições pela própria lógica do sistema mas sobretudo pela gritante agressividade inconstitucional do Governo da «AD» e da sua maioria parlamentar conjuntural e precária e pela generalização da operação política subversiva da Aliança reaccionária contra o regime democrático e o 25 de Abril.

**NSCREVE-SE** no activo do movimento popular de massas, nas suas múltiplas expressões, recuos e derrotas do Governo fascizante Sá Carneiro/Freitas do Amaral na sua ofensiva contra as classes trabalhadoras.

A classe operária da cidade e do campo, os trabalhadores da Função Pública e da comunicação social, os reformados e pensionistas através de potentes acções (greves, manifestações, concentrações, abaixo-assinados) fazem recuar o congelamento da contratação colectiva; erguem-se contra as tentativas de restabelecimento do tecto salarial e pelo aumento dos salários, pensões e subsídios; contra o desemprego; contra

a generalização dos contratos a prazo; contra os saneamentos e a censura nos órgãos de Comunicação Social estatizados.

Na zona da Reforma Agrária cresce a resistência dos trabalhadores contra o esbulho das terras, os roubos de gados e máquinas e frutos pendentes, os vandalismos, ilegalidades e violências dos agrários, do MAP e da GNR a mando do MAP e do MAI.

Centenas de rendelos e caseiros do Centro e do Norte lutam activamente contra os processos judiciais de despedimento das terras.

As manifestações convocadas pela CGTP-IN para 21 de Junho em todo o País contra a política laboral da «AD» e pela demissão do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral, constituirão seguramente uma gigantesca jornada nacional de protesto e de luta contra a política governamental.

Nas fábricas, nos campos, nos escritórios, em todos os locais de trabalho os trabalhadores erguem-se contra a política antipopular do Governo, organizam-se, soldam na luta a sua unidade indestrutível.

O desprezo pela lei, a corrupção, as violações abertas da legalidade democrática e da Constituição e o desafio aos outros órgãos de soberania pelo Governo da chamada «AD» e a sua maioria parlamentar conjuntural e escassa são o «pão nosso de cada dia» nos actos dos governantes.

A golpada do Governo para tentar a promulgação da lei do recheamento, desfeita pelo Conselho da Revolução sob parecer da Comissão Constitucional, mostra até onde estão dispostos a ir as forças reaccionárias.

A «AD» preparou meticulosamente e pôs em execução um autêntico golpe contra a Constituição na ausência do Presidente da República, atribuindo ao PR interino, da «AD», prerrogativas que não tinha mas tentou usar.

A golpada da «lei da entrega» mostra que o Governo fascizante Sá Carneiro/Freitas do Amaral não recua diante de nada para levar avante a sua operação subversiva contra o regime, mostra que toda a vigilância das forças democráticas é pouca para impedir as mais grosseiras infracções à lei e à Constituição.

O Governo tentou impor a lei-burla do recenseamento eleitoral e tentará impor a sua lei «eleitoral» para ludibriar a vontade do Povo português e assegurar às forças reaccionárias uma substancial maioria de mandatos parlamentares com minoria ainda mais acentuada dos votos dos cidadãos.

Os chefes da «AD» raivosos pelas suas derrotas e impotência para fazer passar leis inconstitucionais pretendem opor a pseudolegalidade das leis aprovadas pela maioria parla-

mentar reaccionária à própria legalidade constitucional.

O respeito pela Constituição é na boca do «bobo da corte» parlamentar da «AD», Lucas Pires, uma manifestação de «constitutocracia»...

**EMPENHADOS** na contestação ao Presidente da República e ao Conselho da Revolução, os governantes estendem agora o seu desrespeito aos Tribunais, mesmo ao Supremo Tribunal Administrativo, um órgão superior do Poder Judicial, na jurisdição da Reforma Agrária, cujos despachos reconhecem aos trabalhadores das UCP/Cooperativas o direito à posse útil das terras e frutos pendentes esbulhados pelo MAP e pelos agrários, estes apoiados por acções punitivas da GNR e pelo aberto desafio de oficiais destas forças militarizadas às decisões judiciais.

As reservas ilegais com majorações ainda mais ilegais sucedem-se na zona da Reforma Agrária com a protecção de fortes contingentes da GNR.

Quem contraria a lei nas terras do Alentejo e do Ribatejo? Quem pactua com o banditismo contra os trabalhadores em nome de uma pretensa legalidade ao serviço dos latifundiários?

A imprensa reaccionária, quando os comunistas inteiramente ao lado dos trabalhadores reclamam que as «terras ilegalmente roubadas aos trabalhadores devem ser recuperadas!» escreve parangonas como esta «A bandeira da insurreição levantada em Baleizão...».

Não há «insurreição» nos campos do Alentejo e do Ribatejo: há a violação, o desrespeito, o espezinhar das leis e da Constituição pelo Governo da Aliança reaccionária e a sua precária maioria parlamentar.

E quem as respeita e defende são os trabalhadores e o seu Partido de classe — o PCP.

**OS** desaires e derrotas do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral, agora ainda mais ilegítimo por se encontrar, transitóriamente embora, sob o comando do chefe de um partido que votou contra a Constituição e é o quarto em número de deputados na Assembleia da República, marcou o começo da fase crítica deste Governo cuja demissão é uma exigência da maioria do Povo português.

As grandes manifestações do dia 21 de Junho — a que o PCP dará o seu incondicional apoio — constituirão uma inequívoca expressão da vontade maioritária do nosso Povo contra aqueles que, afundados na ilegalidade e no golpismo, querem impor ao Portugal de Abril o regresso ao passado.

O golpe não passará, Sá Carneiro irá para a rua, a Constituição e a democracia serão defendidas.

## A intervenção na RTP do sr. Sousa Brito

A comunicação do secretário de Estado Sousa Brito através da Televisão passa a constituir uma das mais neo-salazaristas da já vasta antologia das peças, oratórias proferidas por membros do governo Sá Carneiro.

A comunicação de Sousa Brito, fascizante na argumentação, manipulando e falsificando por sistema, é um claro espelho dos objectivos e um exemplo de aplicação dos métodos do governo ao utilizar partidariamente um cargo público num meio de comunicação estatizado.

A comunicação de Sousa Brito (procurando confundir números, situações e datas) não omentou acusações recentes do PCP que, com números rigorosos, apontou a realidade de blocos informativos da RTP esmagados pela propaganda governamental; Sousa Brito também não omentou a existência de censura no Diário Popular e na RDP

e o ilegal exercício da direcção do «Comércio do Porto».

A comunicação de Sousa Brito atinge, por vezes, as culminâncias delirantes dos métodos propagandísticos do SNI do fascismo quando alude a «maquinação» «cientificamente planeada» com a «consonância de forças internas e externas» que inclui, até, duas revistas norte-americanas insuspeitas para o actual governo.

Num momento em que vastos sectores da opinião pública vêm tomando consciência das proporções e consequências da política da informação do governo Sá Carneiro e se erguem em defesa da liberdade de expressão o governo, acossado e desesperado, recorre a fantasias mostrando, ao mesmo tempo, a sua mentalidade totalitária.

Não pode, ainda, passar em claro a visão rasteira, estreita e policíesca que Sousa Brito pretende impor a milhões de

telespectadores quando se refere a alegadas simpatias partidárias de artistas que exercem a sua profissão em produções que nem sequer são directamente da RTP.

Uma concepção totalitária do poder emerge dos pressupostos de Sousa Brito para a «estabilidade»; manutenção da censura, da propaganda governamental, das pressões sobre os jornalistas, do controlo e manipulação da informação estatizada pelos partidos apoiantes do governo Sá Carneiro.

Os partidos da oposição reclamam legitimamente não a emissão de opiniões sobre inaugurações como as que ridiculamente Sousa Brito referiu mas sobre importantes decisões do governo que são largamente propagandeadas pela rádio, televisão e jornais estatizados — como a demagogia na semana do 25 de Abril ou, então, medidas como aumentos de preços e de impostos.

A comunicação de Sousa Brito veio confirmar as preocupações dos democratas e patriotas portugueses quanto à actuação de um governo que contraria de forma grave e crescente a vontade da maioria do povo português e usa a comunicação social estatizada como prolongamento da organização partidária para ocultar a verdade do que se passa no país.

Contra a situação que se vive na comunicação social, contra os graves atentados às liberdades de expressão e de informação que aí se verificam, contra o uso abusivo de tais órgãos pelo governo, de que a comunicação de Sousa Brito é eloquente exemplo, a manifestação de 24 de Maio, promovida pelos trabalhadores de Lisboa, será uma viva resposta.

Lisboa, 23 de Maio de 1980  
A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

## Delegação do PSUA visitou Portugal

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português visitou Portugal de 18 a 24 de Maio uma delegação do Partido Socialista Unificado da Alemanha, composta por Fritz Brock, membro da Comissão Central de Revisão e responsável do Departamento dos Assuntos Sindicais e de Política Social do CC, e também Gerd Bernstein e Karl-Heinz Ehlers.

Durante a sua estadia em Portugal a delegação do PSUA visitou o Norte e o Centro do país, nomeadamente Porto, Braga, Coimbra e Figueira da Foz, onde tomou contacto directo com aspectos da realidade portuguesa e a actividade do PCP.

A delegação do PSUA foi recebida na sede central do PCP por Sérgio Vilarigues e Carlos Costa, membros do Secretariado e da Comissão Política encontrando-se também presentes Augusto Sousa e António Mota, membros do Comité Central, e Domingos Lopes, membro da Secção Internacional do PCP.

Esta visita insere-se no quadro das fraternais relações de amizade, solidariedade e cooperação existentes entre os dois Partidos e contribuiu para o melhor conhecimento da situação política portuguesa e da actividade do PCP.



As duas delegações no Centro de Trabalho da rua Soeiro Pereira Gomes

## Otelo, uma vez mais

Face às afirmações atribuídas por Otelo Saraiva de Carvalho ao secretário-geral do PCP num artigo recentemente publicado no jornal «Portugal Hoje», a SIP do PCP está em condições de esclarecer o seguinte:

1. É falso que, na referida ocasião ou em qualquer outra, o secretário-geral do PCP tenha

transmitido a Otelo Saraiva de Carvalho ou a quem quer que seja, semelhantes opiniões ou afirmações. Verifica-se assim que uma vez mais Otelo Saraiva de Carvalho falta à verdade.

2. Uma intervenção responsável na vida política nacional pressupõe necessariamente honestidade de processos, seriedade nas atitudes, respeito pela verdade. Aqueles

que, obcecados pela concretização a todo o custo das suas ambições políticas, desprezam estes princípios, depressa se descreditam tanto no plano político como no plano moral.

3. O entusiasmo e desvelo com que a imprensa reaccionária, com intenções provocatórias anticomunistas, se apressou a propagandear as invenções

e mentiras de Otelo Saraiva de Carvalho, ilustram uma vez mais uma objectiva convergência que os democratas portugueses não deixaram de registar.

Lisboa, 22 de Maio de 1980  
A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

## Sessão de lançamento de um livro de José Magro

Realiza-se hoje às 21 e 30 no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, a sessão de lançamento de um livro de poemas de José Magro «Torre Cinzenta (Poemas de Prisão)».

A iniciativa é promovida pelas Edições «Avante!» e conta com a participação dos camaradas Mário Castrim e Francisco Viana.

Segundo afirma Mário Castrim no prefácio ao livro, «Torre Cinzenta é um documento imprescindível para conhecer um dos períodos mais negros da História de Portugal: Ele é um monumento à grandeza do Homem, ao heroísmo dum povo e à sua vanguarda».



COLECCÃO 'RESISTÊNCIA' Edições Avante!

Avante!

Devido ao facto de o dia 5 de Junho, quinta-feira, ser feriado, o «Avante!» da próxima semana será distribuído um dia antes, isto é, na quarta-feira, dia 4 de Junho.

à venda:

Documentos Políticos do Partido Comunista Português

PROGRAMA e ESTATUTOS do PCP

Avante!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 768345.  
ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º - 1000 Lisboa. Tel. 789744/769751.  
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO:  
CDL, Central Distribuidora Lusa, 5418, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º - 1000 Lisboa. Tel. 779928/779925.  
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º - 1000 Lisboa. Tel. 769705. (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372238.  
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B - 4000 Porto. Tel. 28638.  
Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. - 4000 Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio, 185, Pedrúria - 3000 Coimbra. Tel. 31286.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarrova de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 26351.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS:  
Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 779928.

PUBLICIDADE CENTRAL:  
Av. Santos Dumont, 53 A - 1000 Lisboa. Tel. 778936/778750. Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO:  
R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impresso na Heiska Portuguesa R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Abril 71 013



# Crianças do país de Abril na Festa do «Avante!»

Mais uma Festa do «Avante!», e, através dos Pioneiros de Portugal, mais uma presença das crianças do país de Abril. De uma maneira mais criadora, mais completa do que no ano passado porque enquanto a organização dos Pioneiros cresceu quantitativamente ganhando mais crianças em novas terras, e cresceu qualitativamente graças ao trabalho colectivo, às experiências diversas de diferentes regiões.

«O Pioneiro ama a liberdade e a paz, ama Portugal, ama as crianças e os povos do Mundo» — esta a lei n.º 1 dos Pioneiros, este o lema que irá expressar-se em toda a concepção da Festa dos Pioneiros, dentro da Festa do «Avante!». A partir deste tema, desta lei primeira dos Pioneiros, se dinamizará a participação das crianças do país de Abril no Alto da Ajuda:

estária dos Pioneiros, como vêm e o que pensam as crianças do nosso país sobre os temas referidos, nos quais se encontram outros como:

- O 25 de Abril, Libertação do povo português: o fascismo, a repressão; os presos políticos; «Caxias e Tarrafal: liberdade de expressão, organização e associação (a organização dos Pioneiros é uma conquista de Abril).
- O 25 de Abril e o contributo para a paz: o fim da Guerra Colonial (as crianças não são sempre elas as primeiras vítimas da guerra?); a bomba de neutrões; a colocação de mísseis na Europa.
- A solidariedade, factor importante da luta dos povos. A nível nacional a solidariedade para com a Reforma Agrária, sem a qual não há democracia, não há liberdade: «Só com a Reforma Agrária, as crianças do Alentejo poderão viver em condições, sem fome e em paz». A nível internacional: solidariedade com as crianças do Kampuchea.

A liberdade e a paz — O Pioneiro ama a Liberdade e a paz. Camões — O Pioneiro ama as crianças e os povos do mundo.

Neste contexto que se têm vindo a processar os trabalhos preparatórios para a Festa nos núcleos dos Pioneiros. Desenhos, textos, redacções, pinturas, trabalhos manuais, boletins, jornais da parede, recortes, fotografias, etc., relatos de iniciativas locais alusivas exprimem, à dimensão da infância e da pré-adolescência na qual se enquadra a composição

Há já muitos trabalhos. Mas muitos, muitos mais são necessários e os Núcleos não têm mãos a medir. Tanto mais que a Festa dos Pioneiros este ano será ainda melhor, mais variada a sua presença, maior a qualidade. Será uma Festa cheia de novidades mas que retomará de forma original o que já caracterizou outras festas.

# Os 800 da Ajuda

Eram dois e vinham ao longo de uma das valas escancaradas ao sol esperando os canos da água. Dois entre 800 (oitocentos!) voluntários que acorreram ao Alto da Ajuda no passado fim-de-semana para «dar uma mão» no que fosse preciso à 5.ª edição da Festa do «Avante!» que este ano, a 11, 12 e 13 de Julho, surgirá em calendário antecipado mais, como sempre, constituindo o mais importante acontecimento político-cultural do nosso país.

Justino Matos Sequeira, 49 anos, canalizador, e Manuel António Camilo, escritor da CP, 68 anos. Ambos residentes em Lisboa, ali estavam de pé e picareta para a vala que vinde. Entretanto eles tinham vindo num grupo de dez, quatro casais e dois amigos que há vários fins-de-semana aguardavam «oportunidade para vir». E vieram de peito feito para andanças já familiares, dado que não faltaram «a nenhuma» das anteriores Festas do «Avante!».

As valas para as canalizações de que falamos saltavam à vista na vastidão e ondulada perspectiva do Alto da Ajuda. Sulcavam pelas encostas num jeito de terra fresca, muita gente formigando ao longo delas, tudo obedecendo a um traçado rigoroso e em função das necessidades de abastecimento que surgirão na hora da Festa. Todavia nem só valas ocupavam os oitocentos voluntários ali presentes: o erguer de estruturas metálicas, o transporte de materiais, a construção de

pavilhões, um sem fim de «carpinteiradas», a fixação de aramados, a limpeza do terreno e o infinito conjunto de actividades de vários tamanhos e feições com que se constrói uma Festa de tal envergadura, mobilizavam toda aquela gente num esforço que anualmente se repete voluntário e generoso, crescentemente participado (estes oitocentos voluntários presentes no Alto da Ajuda bateram o recorde de participações nas Festas anteriores em período correspondente — a 50 dias da abertura).

Tenho 14 anos, sou estudante, vivo em Lisboa. Apesar disso esta é a primeira vez que cá venho pois esta coisa de a Festa ser tão cedo, tão em cima do fim do ano lectivo, não deixa tempo para mais. Eu gostava, mas não posso. Maria Elvina, a jovem sem «tempo pra mais», andava às voltas com uma longa fita de agriensor, medindo terreno e palavras que a equipa onde estava integrada tinha que «aviar aquilo» antes que

viesses nas máquinas. Ou para que viessem as máquinas — o que tanto dá, pois o esforço era o mesmo e os horários impunham-se.

«Se fosse a pagar... Anjo da Guarda!»

Particularmente curiosa era a presença de Ramiro Garcia Pinto, a quem interrompem no vigoroso esforço de «ajetar» uma das valas. Nascido há 22 anos em Chaves (onda tem residência), tractorista de profissão, e estando presentemente em Espinho, veio de visita a uma irmã que vive em S. João do Estoril. Só que ela e o cunhado já haviam decidido ir em «fim-de-semana» ao Alto da Ajuda. E vão na mesma, dir-lhes-ia o camarada Ramiro, e eu vou também! E ali estava, sorridente e aplicado, na satisfação de poder finalmente contribuir «com alguma coisa» para a Festa. Sabes, isto fica, muito longo. A vitória está, mesmo para assistir à Festa. Desta vez calhou, vim até cá abaixo e a coisa arranhou-se, pude enfim fazer «uma perninha», mas na verdade, de Chaves até aqui, só mesmo para vir à Festa. Felizmente que a malta é muita! Só assim com pessoal deste, firme aqui «na batata», é que se consegue fazer uma coisa deste tipo. Se este trabalho todo fosse a pagar... Anjo da Guarda!

Na verdade não há dinheiro que pague tão belo esforço. Belo e organizado, a ponto de, como fez um grupo de camaradas do Couço, chegarem em equipas «seleccionadas» englobando pedreiros, carpinteiros, operadores de máquinas, tractoristas, operários agrícolas, isto para o que der e vier, se bem que os camaradas que dirigem isto é que sabem, a gente faz o que for preciso.

«Fazer o que é preciso» é a frase chave do Alto da Ajuda. Como já foi na FIL, no Alvorcer da primeira Festa, no Jamor e em qualquer realização dos comunistas. Fazer o que é preciso num esforço voluntário, trabalho e alegria entrelaçados como só o podem conseguir os que, assumindo um projecto claro e justo, o prosseguem e concretizam na tranquila certeza da vitória. E a Festa do «Avante!» é uma vitória dos comunistas, das massas trabalhadoras, do todo o País, pois cresceu, ganhou experiência e é hoje a maior iniciativa político-cultural existente entre nós. Graças ao generoso esforço dos camaradas e amigos que, sempre mais e mais, se mobilizam para a concretizar.

Há que prosseguir esse esforço! A Festa está próxima e ainda há muito que fazer! O Alto da Ajuda espera-nos!

# Corrida da Saúde e da Alegria este ano em 29 de Julho

A já tradicional Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria, elemento imprescindível do programa desportivo da Festa e um dos factores do seu êxito, realiza-se este ano, conforme oportunamente noticiámos, numa data diferente da da própria Festa do «Avante!». Concretamente, ela será este ano em 29 de Junho, um domingo, nos terrenos junto à Torre de Belém, e integrar-se-á num programa de que também fará parte uma festa popular.

Em anos anteriores verificou-se que a coincidência da Corrida com as datas da Festa impedia muitos potenciais participantes de estarem presentes, por razões compreensíveis. Assim, espera-se que a anulação deste ano deste factor desfavorável contribua para a valorização da iniciativa, nomeadamente através de uma maior participação de atletas.

Estamos neste momento a precisamente um mês da Corrida. Os camaradas e amigos encarregues de sua organização têm os trabalhos avançados, mas nem tudo vai depender deles. É necessário que localmente se comece desde já a preparação da vinda dos concorrentes a Lisboa, não só cuidando dos aspectos burocráticos (organização de excursões, etc.) mas também dos propriamente desportivos, nomeadamente através da realização de provas e outras iniciativas que contribuam para a mobilização dos participantes.

As inscrições devem ser enviadas, logo que possível, para a Comissão de Desporto da Festa do «Avante!», Rua Soeiro Pereira Gomes, 1699, Lisboa-Codex.

## Estafeta em Lisboa em 8 de Junho

Uma iniciativa que precisamente se pode enquadrar dentro do âmbito acima referido é a prova organizada pelo Comité Local de Lisboa já no

próximo dia 8 de Junho, uma estafeta intitulada «IV Centenário da Morte de Camões». A estafeta é aberta a todas as colectividades de cultura e recreio, grupos de empresas, escolas, sindicatos, comissões de moradores, autarquias, bombeiros e outras estruturas das organizações populares.

## Grande actividade

Entretanto, prosseguem por todo o País as actividades desportivas integradas na preparação da Festa do «Avante!». No que se refere ao futebol de 5, por exemplo, números provisórios indicam que estão neste momento envolvidas em provas cerca de 450 equipas, com um total de jogadores que ultrapassa os quatro mil, enquanto que no futebol de 11 participam mais de meia centena de equipas.

Para além do futebol de cinco e das outras modalidades que fazem parte do programa oficial da Festa (corrida, chingilho, malha, xadrez e damas), outras há que igualmente estão a ter larga movimentação: ténis de mesa, basquetebol, ardebol, futebol feminino, esgrima, judo e diversos jogos tradicionais.

## Números de Setúbal

Particular destaque merece, até este momento, a actividade desenvolvida no distrito de Setúbal. Estão a decorrer torneios de futebol de cinco nos seguintes concelhos: Setúbal (23 equipas), Moita (5), Barreiro (20), Alcochete (3), Montijo (8), Palmela (6), Almada (48) e Seixal



À medida que se aproxima a data — este ano muito mais cedo — do início da Festa do «Avante!», vão chegando em maior número as notícias e exemplos da venda militante da EP.

É sinal que muitos camaradas ganham a consciência de que o esforço nessa tarefa se torna urgente, que é preciso vender muitas mais Entradas Permanentes para que a Festa possa estar à altura — a ultrapassar mesmo — as festas anteriores. Para que, através dos fundos que a venda procura, gånhe base mais sólida o conjunto de iniciativas que a Festa prepara. E aqui vão exemplos:

A camarada Guilhermina Barreira, do núcleo do Alto de Campolide — 3.ª Zona do CL —, já vendeu mais de 75 EPs, grande parte delas vendidas no mercado de Campolide, onde habitualmente faz compras.

A 3.ª Zona está a 38,7% da sua meta e é a freguesia de Campolide que vai à frente das restantes desta Zona, com 65 por cento, ou seja, 550 EPs vendidos!

No Barreiro — Informação de 12 de Maio —, destacam-se na venda militante, para além da SIP, com 44 por cento, e do Organismo Sindical, com 60 por cento, a célula da Quimigal, que alcançou 38 por cento e vendeu 1425 EPs!

Moscavide: a Organização de Freguesia já vendeu 40 por cento da sua meta, até 24 de Maio. Destacam-se os seguintes camaradas: Iria Seixo, 54 EPs, Natália Vinagre, 32, Domingos Rendeiro, 26, Manuel Estêvão, 24, Artur de Sousa, 23, Agostinho Borrega, 22. A Célula da FNML já vendeu 80 Entradas Permanentes. E os camaradas de Moscavide esperam dar em breve mais notícias agradáveis.



(10). Quanto às damas, estão a realizar-se torneios nos concelhos de Setúbal, Moita, Alcochete, Montijo, Santiago, Palmela e Almada, enquanto os de xadrez decorrem em Almada, Moita, Barreiro, Seixal, Montijo, Palmela e Setúbal. Prepara-se a realização de torneios de chingilho em Setúbal, Moita, Barreiro e Almada, enquanto se prevê a vinda à Festa, das Escolas de Jogo do Pau da Moita e de Lagameças (Palmela).

## Sector dos Transportes

Também o sector de Transportes de Lisboa tem vindo a desenvolver uma boa actividade. Quanto ao torneio de futebol de cinco, as equipas que neste momento «sobrevivem» são as seguintes: Olavo Furtado, Santos, Coomapor, Os Artilheiros e Ferris. Até ao último sábado, o melhor marcador neste torneio era Fernando Santos (Coomapor), com oito «brancas» nas redes adversárias. Entretanto começou já o torneio de xadrez, que regista vinte inscrições, realizando-se hoje uma jornada no Centro Cultural da Bica e as próximas nos dias 3 e 11 de Junho.

# De sexta até domingo Barreiro e Moita em festa

Vem aí a Festa da Revolução e do Trabalho. Começa já na próxima sexta-feira e prolonga-se por todo o fim-de-semana. São três dias de festa junto ao Pavilhão da Quimigal, no Barreiro. Colóquios, exposições, cantares alentejanos, fado, folclore, poesia, bailes, cinema, teatro, canto livre, tais são os atractivos que oferece esta festa, promovida pelas Organizações Concelhias do Barreiro e da Moita do PCP e pela Juventude Comunista Portuguesa.

Por apenas 70 escudos — o custo da FT, entrada permanente na Festa —, pode ter-se acesso ao recinto durante os três dias. E a FT habilita o seu possuidor a um sorteio de 10 prémios, o primeiro dos quais é, nem mais nem menos, que uma arca-congeladora no valor de 24 mil escudos!

Mas vamos ao programa:

## Dia 31 de Maio

No Palco Principal: demonstração desportiva às 11 horas; às 15, actuação os artistas amadores dos concelhos do Barreiro e Moita, seguindo-se cantares alentejanos por «Os Amigos do Barreiro»; às 19,30 actuação os conjuntos «Enigma» e «Trigo Limpo»; à noite, há Canto Livre, com «Trovante», Nuno Gomes dos Santos, Helena Isabel e outros. No Auditório, às 15 horas, começa um colóquio sobre Camões, seguindo-se um outro sobre a Criança; há Teatro, um colóquio sobre a Reforma Agrária, auditório musical e um filme. Durante o dia prevêem-se várias actividades desportivas. No Palco da Juventude há, de manhã, várias actividades de Pioneiros, com Teatro e fantoches e, à tarde, actua Carlos Paulo e o conjunto «Trigo Limpo» antes do início da JCP. Depois há baile.

## Dia 30 de Maio

Colóquios sobre autarquias e saúde no auditório a partir das 21 horas; no Palco da Juventude começa, entretanto, às 20,30 horas, um espectáculo com Carlos Mendes, Luísa Basto, Samuel, Edmundo Silva e João Fernando. Às 22,30 há baile, com o conjunto «Progresso». No Palco Principal, onde abre a Festa às 20 horas com o ícar da bandeira e a actuação da Banda do Barreiro e do Rancho Folclórico de Baixa da Serra, actuam num Canto Livre, os artistas já referidos, seguindo-se às 23,30, fado amador, com Helena Martins, José Alberto, Carmen Garcia, Joaquim Ribeiro, Alberto Silva, acompanhados à guitarra por António Soeiro e à viola por João Marcelino.

## Dia 1 de Junho, Dia Mundial da Criança

É o último dia da Festa e desde logo de manhã, a criança vai estar no centro das atenções — há actuação de Pioneiros e de outros artistas — Maria Dulce, Carlos Mendes, Joaquim Pessoa, José Jorge Letria, Samuel, os Palhaços Emilianos, o Professor Minhocas; e também, por um grupo de 42 crianças da União Soviética. No campo do desporto: às 10 horas há chingilho e logo a seguir a chegada, às 10,30, da meia maratona; à tarde está marcada a simultânea de damas; à noite, no auditório, realiza-se um recital de poesia e projecta-se um filme sobre Lênine.

## Festa da REVOLUÇÃO

Junto ao Pav. da Quimigal Barreiro

30-31 Maio e 1-Junho 1980

## e do TRABALHO

Organização das Concelhias do Barreiro e Moita do Partido Comunista Português e Juventude Comunista Portuguesa

Durante a Festa estão patentes exposições sobre o Partido, as Autarquias, Filatelia, Emblemas, Autocolantes, Numismática, sobre Camões, Lênine, sobre Livros e Discos. Haverá ainda uma exposição sobre o cariz na Revolução.

# Festa nos Olivais

A Comissão de Freguesia de Santa Maria dos Olivais, da 7.ª Zona do CL do PCP, vai levar a efeito uma festa/comício, no próximo domingo, na Freguesia de Santa Maria dos Olivais, no Coreto-Olivais Velho, com o seguinte programa: Manhã infantil a partir das 10 h; Canto Livre com José Jorge Letria e outros artistas; Fado de Abril; Intervenção Política com José Vitoriano da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP.

# Houve festa em Almeirim

Houve Festa da Unidade em Almeirim, no passado fim-de-semana. No sábado, no local de Marianos, a festa começou com projecção de filmes, a que assistiram cerca de 40 crianças, tendo actuado depois o rancho de Benavente perante uma assistência de cerca de 700 pessoas. À noite, com o conjunto «Sant Donyk» foi o baile, em que participaram cinco centenas de jovens.

# Festa da Primavera em Junho, no Seixal

Mais uma festa. É a Festa da Primavera e realiza-se nos próximos dias 6, 7 e 8 de Junho, no Campo Bravo, Seixal, promovida pela Organização Concelhia do PCP.

Variadas, fado, baile, colóquios, desporto, comes-bebes, venda de produtos da Reforma Agrária, acampamento, exposição política, eis algumas das facetas que a Festa da Primavera oferece a todos os seus visitantes.

Há já nomes e grupos confirmados para participar: Carlos Mendes, conjunto «O Eléctrico», Mário Castim, «Seixal Abril», Ana Pinto, César Pinto, José Castanheira, Quim Valente. E ainda os palhaços «Os Brotos». E os Pioneiros de Portugal.

FESTA DA PRIMAVERA

CAMPO DO BRAVO SEIXAL 6, 7 e 8 Junho

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS compra já a tua ES

# «Almada — Uma Casa do Partido»

## • Ultrapassados os dois mil contos!

Prosegue a bom ritmo a Campanha «Almada — Uma Casa do Partido». Os dois mil contos já foram ultrapassados, verba que não inclui ainda o apuramento das iniciativas levadas a cabo durante a «Festa da Amizade».

A Coordenadora da Campanha fez um balanço das diversas actividades e tomou conhecimento das iniciativas desenvolvidas e a desenvolver para maior dinamização e participação de todos os camaradas.

Ficou assim a saber-se que no Laranjeiro se tem feito um porta-a-porta, considerado de resultados

positivos, tendo os comerciantes participado com uma meta de cerca de 50 contos. No próximo dia 31 está programada uma «sessão de penteados», com participação de um cabeleireiro e dois ajudantes. E, para o dia 1 de Junho, está marcada uma sardinhada no Alto da Ajuda, no local da Festa do «Avante!».

Para a Festa do «Avante!», e integrados na Campanha do Centro de Trabalho de Almada, os diversos núcleos concelhios preparam vários trabalhos artesanais a serem vendidos.

Outras iniciativas se prevêem em Almada, tais como

## «Conferências de Maio»

Por iniciativa da Juventude Comunista Portuguesa está a realizar-se, na Faculdade de Letras de Lisboa, um ciclo de colóquios que teve início no passado dia 22 e cuja última sessão está marcada para amanhã.

«Conferências de Maio» é o título que este ciclo recebeu dos seus promotores. O ciclo iniciou-se com um colóquio orientado por Urbano Tavares Rodrigues, que

falou sobre «Manuel Tiago — importância da sua obra» durante o qual os livros «Até Amanhã Camaradas» e «Cinco Dias e Cinco Noites» constituíram motivo de debate. Outro colóquio, desta vez sobre o «Movimento Operário Português», realizou-se no passado dia 23, com a participação de Vítor de Sá.

Para amanhã está marcado o terceiro colóquio. José Barata Moura falará sobre «O Problema do Humanismo».

# Convívio da Tudor na margem do Tejo

Ali para as bandas de Salvaterra de Magos, mesmo à beira do Tejo — na Praia da Água Doce, como é conhecida — é que os camaradas da Célula da Tudor do PCP programaram para o próximo dia 5 de Junho (feriado nacional) uma festa-convívio, integrada na Campanha de Recrutamento de novos militantes e na qual esta célula ultrapassou largamente a meta prevista.

As inscrições para a excursão poderão ser dirigidas até ao fim do mês para a Célula da Tudor, em Castanheira do Ribatejo. Convém levar lanche. Haverá iniciativas desportivas, sorteios, leitões, matineé dançante, provas de tiro ao alvo e possibilidade de pescar.

O programa promete. E se não conhece ainda aquela zona do Tejo aproveite a oportunidade.

## Reuniões importantes

### • Naturais de Elvas

Os camaradas naturais do concelho de Elvas e residentes nas áreas de Lisboa e Setúbal são convidados a participar numa reunião que se realiza no próximo sábado, dia 31, às 15 horas, no Centro de Trabalho Vitória.

### • Comerciantes e Industriais de Lisboa

Foi adiada para 7 de Junho, às 15,30, no Centro de Trabalho Vitória, a reunião prevista para o próximo domingo, com os camaradas comerciantes e industriais da Organização Regional de Lisboa. Da Ordem de Trabalhos consta a análise do trabalho e a discussão das tarefas futuras.

ALMADA uma casa do Partido

recolha de fundos

Comissão Concelhia de Almada Partido Comunista Português

# Veiga de Oliveira em França em contacto com emigrantes

O camarada Veiga de Oliveira, membro do CC vice-presidente do GP do PCP na Assembleia da República, deslocou-se a França, entre 16 e 22 do corrente, onde contactou com os emigrantes portugueses em Roubaix, Clermont-Ferrand e na zona de Paris.

Durante a sua estadia, realizaram-se vários encontros, sessões de esclarecimento e duas tardes Portuguesas de solidariedade com o Portugal de Abril, uma em Champigny e outra em Rion, no Puy de Dôme, com a participação de muitas centenas de portugueses.

Em diversas intervenções, o camarada pôde expor e esclarecer os aspectos principais da actual situação política em Portugal sublinhando designadamente os objectivos restauracionistas e gopistas do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral e a força e combatividade crescentes do Movimento Operário e Popular.

Também ressaltou com clareza a unidade fraterna e a solidariedade de combate entre os comunistas franceses e portugueses, entre os trabalhadores e a classe operária francesa e portuguesa. Amizade e solidariedade, desde logo comprovadas pelo empenho e pela participação activa do PCP quer organizando os encontros e fazendo ampla divulgação, quer através das intervenções, dos esforços e dos quadros que mobilizou para garantir o máximo de utilidade à estadia do nosso camarada.

O reconhecimento dos emigrados portugueses e as próximas eleições para a AR foram também amplamente discutidas. Veiga de Oliveira teve ainda um encontro com a Coordenadora do Ensino de Português em França, tendo também apresentado pessoalmente ao embaixador português em Paris algumas das reivindicações e das críticas que os portugueses residentes em França lhe colocaram na oportunidade.

No final da visita, num encontro com o camarada Jean Colpin, do Bureau Político do PCP, foi feito um balanço muito positivo da actividade desenvolvida com vista a reforçar o trabalho de esclarecimento dos emigrantes e ao desenvolvimento da cooperação e das relações entre o PCP e o PCP.

# Semana

21 Quarta-feira 1978 - O Presidente da República, general Ramalho Eanes, parte para uma viagem de doze dias ao Brasil, Venezuela e EUA.

O Governo PPD/CDS nomeia delegado dos trabalhadores portugueses a 66.ª sessão da Organização Internacional do Trabalho (OIT) um elemento da chamada UGT, Vítor Hugo Sequeira, sem respeitar as obrigações que lhe são impostas pela constituição daquela instituição internacional; a CGTP-IN, em comunicado, afirma que denunciará em todas as instâncias tal decisão injusta, exigindo desde já que ela não seja concretizada, no respeito pelos direitos da CGTP-IN como a mais representativa organização sindical portuguesa. O ministro-adjunto do Primeiro-Ministro, Pinto Balsemão, anuncia que o Governo não apresentará nova versão da lei de delimitação dos sectores público e privado, já "chumbada" três vezes pelo CR, por inconstitucional. A lista B, unitária, vence as eleições para os representantes dos trabalhadores nos órgãos de gestão da RTP e para a Comissão de Trabalhadores daquela empresa. São absolvidos pelo Tribunal do Sotúbal os seis trabalhadores da Cooperativa "1.º de Maio", da Gâmbia, que elementos da GNR prenderam na passada segunda-feira quando tratavam o arroz plantado por eles próprios numa propriedade atribuída ilegalmente como reserva ao engenheiro Borba, ex-secretário de Estado do Fomento Agrário. O Provedor de Justiça, José Magalhães Godinho, solicita à Assembleia da República alterações ao seu estatuto que lhe permitam proceder criminalmente contra as entidades que se recusarem a responder aos ofícios daquele serviço.

22 Quinta-feira 1871 - A "Geração de 70" realiza no Casino Lisboense as Conferências Democráticas, que ficaram conhecidas como as "Conferências do Casino".

Forças da GNR prendem de novo trabalhadores da Cooperativa "1.º de Maio" da Gâmbia, que tratavam do arroz por eles plantado numa reserva albufeira ilegalmente; o Tribunal de Sotúbal, para onde foram de novo enviados os trabalhadores, não procedeu ao seu julgamento decidindo antes averiguar a actuação da GNR e processar o secretário de Estado João Goulão, por violação de um acórdão do Supremo Tribunal. Sá Carneiro é substituído temporariamente por Freitas do Amaral no cargo de Primeiro-Ministro, por "impedimento" de Sá Carneiro. Os trabalhadores da Satandard Eléctrica, filial da multinacional ITT com fábrica em Cascais, paralisam durante quatro horas e concentram-se em frente ao Ministério do Trabalho, na Praça de Londres, em Lisboa, exigindo que o Governo impeça o despedimento colectivo de 248 trabalhadores daquela empresa. Os objectivos e andamento do trabalho preparatório do I Congresso da Juventude Comunista Portuguesa, que se realizará no próximo fim-de-semana, são apresentados em conferência de imprensa.

23 Sexta-feira 1935 - É criado no nosso País o Instituto Nacional de Estatística.

Termina a greve geral que durante 24 horas paralisou completamente a ilha açoriana de Santa Maria, como protesto contra a pretensão do GR em retirar o aeroporto internacional da ilha; a paralisação do trabalho na ilha isolou o arquipélago do resto do mundo e reforçou a unidade da população. O Executivo do Movimento de Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais, em comunicado, considera que "os problemas que hoje afectam a esmagadora maioria da iniciativa privada industrial e comercial portuguesa não têm nada a ver com a actual delimitação dos sectores tal como se encontram assegurados nas leis, nomeadamente na Constituição". Os trabalhadores da Cooperativa "1.º de Maio", da Gâmbia, são presos pela 3.ª vez por uma força da GNR quando tratavam do arroz numa área ilegalmente "reservada"; a pedido da defesa o Tribunal de Sotúbal adia o julgamento daqueles trabalhadores para o próximo dia 30, intimando, por outro lado, o director dos Serviços de Gestão e Estruturação Fundiária de Sotúbal e o comandante distrital da GNR a estarem presentes àquela audiência.

1979 - A CGTP-IN pronuncia-se a propósito da Lei Sindical apresentada pelo PS na AR (conhecida pela "Lei Conelha"), considerando-a inconstitucional e violadora da convenção 87 da OIT.

Começa o I Congresso da Juventude Comunista Portuguesa no Pavilhão da Tapadinha, em Lisboa. O Presidente da República recebe em audiência particular o presidente da SWAPO, Sam Nujoma, que passou por Lisboa em trânsito para Paris. Convoçada pela União dos Sindicatos de Lisboa e pelo Secretariado da Cintura Industrial de Lisboa realiza-se uma manifestação nos Restauradores, em Lisboa, expressando o repúdio pela actuação do Governo PPD/CDS no sector específico da comunicação social estatizada; Cesário Borge, da direcção do Sindicato dos Jornalistas, falou em nome de todos os Sindicatos do sector da Comunicação Social. O Conselho de Informação para a RDP considera que a Comissão Administrativa desta empresa pública se comporta de modo abusivo e prepotente; manifesta uma atitude grosseira e exorbita desproporcionadamente as suas competências.

25 Domingo 1773 - É abolida em Portugal a distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos.

Termina o I Congresso da JCP com a eleição da sua Comissão Central, a aprovação de um manifesto contendo uma proposta de plataforma de unidade para a juventude e a definição dos princípios orgânicos. Regressa a Luanda o ministro dos NE angolano, Paulo Jorge, após uma escala de 24 horas em Lisboa, durante a qual teve em Belém um encontro com o Presidente da República, general Ramalho Eanes. O II Encontro Nacional dos Trabalhadores do PS da Comunicação Social decide "exigir a demissão imediata da Comissão Administrativa da RDP". O presidente da Comissão Política Nacional do PPD/PSD, Carlos Macedo, anuncia em Coimbra que o acordo entre o seu Partido e os "reformadores" vai ser "repensado" esta semana.

26 Segunda-feira 1892 - Morre o general e engenheiro Sousa Brandão, um dos mentores do Partido Republicano Português.

O Conselho da Revolução declara inconstitucional o diploma da Assembleia da República, imposto pela maioria "AD", sobre renascimento dos emigrantes. O Supremo Tribunal Administrativo ordena a devolução aos trabalhadores da UCP Sesmarias e Vale de Balsa das terras que integravam uma reserva demarcada pelos serviços regionais do MAP a favor do agrário e ex-dirigente fascista, Elmano Alves. Trabalhadores portugueses, expulsos de Israel por uma empresa norte-americana por exigirem a satisfação dos seus direitos, concentram-se junto ao Ministério do Trabalho para tentarem obter uma explicação e a eventual resolução da situação que lhes foi criada. A lista A, unitária de esquerda, vence as eleições para os corpos gerentes da Associação Académica da Universidade do Minho.

27 Terça-feira 1975 - É promulgado o decreto-lei sobre o divórcio.

Os trabalhadores da Função Pública entram em greve, enquanto as negociações entre os Sindicatos e o secretário de Estado da Reforma Administrativa para a revisão da tabela salarial se goraram novamente. Em claro desrespeito por um acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, uma força da GNR prende um médico veterinário e cinco trabalhadores da UCP Sesmarias e Vale de Balsa, em Canha, quando tratavam de culturas numa área ilegalmente "reservada" pelo MAP a favor do ex-dirigente fascista Elmano Alves. A CGTP-IN exorta os trabalhadores de todo o País a manifestarem-se pela demissão do Governo PPD/CDS no próximo dia 21 de Junho. Na AR o PCP exige ao Governo explicações sobre as notícias que dão como certa a instalação, pela NATO, em território português, de um oleduto ligado aos seus planos de guerra e sobre a expulsão do território de Israel de mais de 300 trabalhadores portugueses.

# Os Comunistas na Assembleia da República

## A direita não esclarece mas protesta

A semana que passou foi marcada, para além da actividade legislativa normal - que agora intensifica, numa corrida contra o escasso tempo que a escassa maioria reaccionária dispõe - por declarações políticas da oposição que tiveram não apenas o mérito de levantarem problemas candentes que se colocam a nível da política nacional, como também o de contribuir para a desmascaramento da pretensa moralidade, política e outra, dos que anunciaram ao povo a mudança para fins eleitorais e lhe apresentaram na prática o caminho do obscurantismo e do retrocesso.

Tudo começaria com a intervenção de João Lima, do PS, sobre política externa. Sobre política externa do Governo AD. Mais precisamente sobre o fracasso da recente viagem de Sá Carneiro e de Freitas do Amaral à Europa. As questões embaraçosas que o deputado socialista deixou no ar, nomeadamente sobre o protocolo que os governantes portugueses não teriam respeitado, levariam Rui Pena, do CDS, a socorrer-se do próprio Freitas do Amaral que, no dia seguinte, quinta-feira passada, fez a sua aparição na Assembleia.

Não para responder. Depois de muito falar sobre o «desastre», Freitas do Amaral explicou muito pouco as razões que levaram ao cancelamento da viagem, como lhe fez notar o camarada Carlos Brito. O presidente do grupo parlamentar comunista não deixaria, no período de perguntas, de pôr mais questões. Que se afastavam, na forma, da mera questão do «acidente», mas que envolviam todo um conjunto de problemas referentes à política externa do Governo. Por seu lado,

Ribeiro de Almeida tinha das objecções que se levantavam à sua constitucionalidade. Os pretensos esclarecimentos do Presidente da Assembleia, que os continuou a dar sentado na bancada do PPD, não esclareceram ninguém. E a veemência que pôs nas suas palavras apenas o conseguiu aproximar mais da imagem que as bancadas AD dão de si próprias, acumulando muitas palavras sobre os factos, na esperança que eles se desvanecessem.

A medalha Amândio de Azevedo, do PPD, vai certamente receber a medalha de protestador oficial da AD, tal o vigor - ou o rancor - que põe nos seus ataques às intervenções da oposição, sobretudo quando elas vêm da bancada do PCP. Anteontem, depois de João Amaral, deputado comunista, ter

proferido uma declaração sobre política externa, Amândio de Azevedo mais uma vez não se conteve. E, como sempre, fez afirmações espantosas: depois de ter garantido que a política externa da AD é de independência nacional, disse que ela é de solidariedade com os países ocidentais, acrescentando: «Estamos sob a ameaça gravíssima do bloco soviético que tem utilizado a boa vontade dos países ocidentais e a sua tendência para a paz para aumentar a sua influência». Depois vieram outras intervenções, todas inflamadas. O deputado monárquico Ferreira do Amaral, não reconheceu ao PCP legitimidade para defender qualquer política externa. E disse que a AD escolhia os seus parceiros: «os mais puros, que são os países da NATO». Não quis ficar por aqui. E, numa demonstração de total falta de

respeito pelos trabalhadores portugueses e alijando qualquer responsabilidade, exortou a União Soviética a oferecer emprego aos trabalhadores expulsos de Israel... Azevedo Soares, do CDS, também não reconheceu ao PCP autoridade moral para falar em política externa, acusando-o de defender o «desanuviamiento da rendição». O facto é que a expressão «não reconheço ao PCP autoridade ou legitimidade para...» está muito em voga nas bocas da AD. Decerto porque há cada vez mais quem reconheça. Não do lado dos políticos reaccionários, mas sim do lado dos trabalhadores e do povo que, no fim das contas, são os mais directamente interessados na paz e no progresso do País.

A paz e o progresso não interessam à reacção. As suas iniciativas legislativas estão sempre voltadas para a mudança em direcção ao 24 de Abril. Se o passado lhes interessa. Mas nem todo o passado verdadeiro. E quando dele falam só conseguem cair no ridículo. Foi assim com o voto de congratulação sobre a passagem do XV centenário de São Bento, apresentado pelo PPD. Acumulando imprecisões históricas na sua intervenção - como fez notar o socialista Luís Filipe Madeira - o deputado do PPD falou mais do Palácio e de outras coisas que propriamente de São Bento. De tal sorte que Inês Caetano, também do PS, lhe perguntou porque se esquecera de falar dos rebuçados para a tosse... O voto passou, com o apoio da direita e a abstenção dos partidos democráticos. E Vital Moreira explicou o sentido do voto do PCP, denunciando a tentativa da direita de se apoderar de uma figura histórica que é de respeitar. Não votámos a favor por não termos competência eclesial para definir patronos para a Assembleia da República - afirmou o deputado comunista. «A grandeza universalista, progressista e revolucionária de Bento de Moura não merecia um voto como o que foi proposto. Os revolucionários só os revolucionários podem homenagear, e não os reaccionários!».

## Contradições AD

Sob o fogo cerrado da direita, os partidos democráticos minoritários na Assembleia apesar de maioritários no País, não têm conseguido fazer virar as suas posições no plano legislativo. Mas têm conseguido, pelo menos, desmascarar as intenções da AD, revelar as contradições e as fraquezas de uma política toda voltada contra os trabalhadores e o povo.

Um escândalo viria a rebentar no passado dia 21 quando se ia votar na especialidade do Estatuto da Carreira Docente Universitária. Tendo já, a direita em Comissão acatado modificações no sentido do aumento de vencimentos a certas categorias de docentes, propostas pelo PCP, a AD recuou, sob a pressão do Governo, e resolveu levar

a plenário o diploma, para nova votação na especialidade. Afinal já não havia unanimidade. E os partidos da direita, obedientes a Sá Carneiro e a Freitas do Amaral, votavam contra as alterações que beneficiavam os docentes...

Na quinta-feira passada o PCP apresentou - pela voz do deputado comunista Alberto Jorge - um projecto de lei sobre a participação das associações sindicais na gestão das instituições de Segurança Social, projecto que apenas anteontem viria a ser discutido, recolhendo o apoio da oposição e a rejeição da direita, que de novo se viu com poucos argumentos para votar contra, chegando a socorrer-se de... Constituição!

## Desaires do Governo e resistência dos trabalhadores

(...) Será que esta Assembleia se vai confrontar à última hora com um cabaz de apressadas autorizações legislativas que permitam ao Governo manobrar à vontade durante as férias parlamentares? Ou prepara-se mesmo para legislar sem autorização? Duas coisas parecem ser claras. Também em matéria de trabalho este Governo afirma como um autêntico Comité Executivo dos interesses privados do grande capital. Mas ao lançar para cima dos ombros dos trabalhadores o maior peso da crise que a sua própria política provoca, o Governo Sá Carneiro começa também a sofrer neste terreno os primeiros desaires devido à resistência e à combatividade das massas populares. Cerca de 1 milhão e 500 mil trabalhadores (1 milhão e 100 mil dos quais tiveram de recorrer à greve) lutam pelo direito à contratação e pela melhoria dos salários reais. A intensificação da repressão patronal a nível de empresas (atingindo fundamentalmente os activistas sindicais e das Comissões de Trabalhadores) levou a que se travassem lutas em cerca de 500 empresas e que representasse 40% das lutas travadas a nível de empresa em 1979.

## Intervencões

em a realização dos objectivos da segurança social. Por estes objectivos se vêm batendo com persistência e justiça os trabalhadores portugueses e as suas organizações representativas. E a sua concretização apresenta uma enorme importância. Na verdade, o que está em questão é mais do que o direito - que os trabalhadores efectivamente passaram a participar na gestão das caixas (...). Reconhecemos que uma futura lei que regule esta matéria deve ser elaborada com a participação das organizações dos trabalhadores e objecto de ampla discussão pública, para os trabalhadores assim poderem desde que o pretendam dar a sua contribuição para aperfeiçoar ou melhorar, o que não tem acontecido em legislação anterior e que aos trabalhadores diz respeito. Assim, os justos Projecto de Lei vem consagrar as nossas reivindicações do Movimento Sindical, e preencher os preceitos constitucionais garantindo aos trabalhadores a participação na gestão das instituições. Quanto ao nível de

participação propomos que se garanta ao Movimento Sindical participar a todos os níveis, desde os órgãos de direcção e gestão com funções deliberativas e executivas. Propomos mesmo que tal como já sucedeu caiba ao Movimento Sindical como regra, as funções de tesoureiro. Em termos de garantia de participação o projecto assegura também as associações sindicais e a outras de carácter comunitário, tais como organizações de trabalhadores, autarquias e instituições privadas de solidariedade social não lucrativas, devendo participar em órgãos de natureza consultiva (...). A agressividade contra o Irão, afirmada precipitadamente no corte de relações comerciais logo que pedido pelo presidente Carter, não corresponde de forma alguma à atitude que resultou das reuniões efectuadas no âmbito da CEE e onde, entre hesitações de vários graus, se temperou a agressividade com aquele pouco de prudência que as circunstâncias a obrigavam a impunham... O Governo mostrou-se aqui completamente avesso à defesa dos interesses nacionais. A oferta (feita ainda antes de tomar posse) das bases dos Açores para o apoio em operações de agressão; o corte de relações comerciais com o Irão; a manutenção de laços preferenciais com Israel; ignorando os legítimos direitos dos povos árabes vítimas de uma política expansionista racista e belicista - tudo isto não poderá deixar de trazer os mais graves inconvenientes para o País, interessado como está em diversificar as suas relações políticas e económicas com o poderoso mundo árabe.



Jerónimo de Sousa (23/5/80)



Alberto Jorge (22/5/80)

## Política externa reaccionária

(...) Num momento em que mesmo a Europa dos Nove procura de alguma maneira distinguir dos apelos e das manobras de tensão e guerra do seu parceiro maior - comandado pelo presidente Carter - o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral permanece solitariamente na Europa como o «his master's

voice» - a voz do dono Carter - espantando pelo mundo o carácter reaccionário da sua política e a tacerneira mais notável de toda a vida política internacional. Não espanta quem assim seja: Sá Carneiro já se manifestou contra o desanuviamiento de Israel e repetiu que não

## Açores

### Transportes aéreos em questão

Discordâncias com a política seguida pelo Governo Regional dos Açores no respeitante às questões «aéreas» da Região Autónoma e, nomeadamente, a anunciada transferência do aeroporto intercontinental de S. Maria para as Lajes, na Terceira, provocaram a demissão, no início do corrente mês, de todos os órgãos autárquicos da ilha de S. Maria, de maioria PPD/PSD. Em comunicado recentemente publicado o executivo da Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP chama a atenção para a necessidade de definição da política aérea dos Açores, que "deve assentar simultaneamente em preocupações económicas e sociais e ter como principal objectivo a facilitação do desenvolvimento harmónico de todas as ilhas da região, em termos socialmente úteis".

## Argumentos" PPD na Madeira não convenceram toda a gente

Utilizando os seus caciques e inventando mentiras e calúnias, o PPD tudo fez para que as pessoas não votassem na APU - diz um pequeno artigo no Boletim do Povo Unido, publicado em Maio corrente pela APU da Freguesia de São Pedro, do concelho do Funchal.

Nas vésperas das eleições em São Pedro - prossegue o artigo - como em outras freguesias, caciques do PPD procederam à distribuição de leite, queijo e azeite. Enquanto procediam e distribuíam, diziam: «Olhe que é no PPD que se vota!». Esta situação que por si só é escandalosa foi ainda acrescida do facto de se ter direito aos alimentos quem estivesse recenseado. Isto quer dizer que para o PPD só quem votar é que come. Mas a Aliança Povo Unido - conclui o artigo - elegeu um candidato para a Assembleia de Freguesia de São Pedro, o que reflecte a confiança do povo na APU.

## Transportes aéreos em questão

Segundo a DORAA do PCP "a situação financeira do país e da região apontam, na fase actual, para uma política aérea regional, que assente no aproveitamento integral das infra-estruturas aeroportuárias existentes e que acelere a resolução do problema de transportes das ilhas da Graciosa, S. Jorge, Pico, Flores e Corvo". Sublinhando que o Governo Regional dos Açores não pode praticar uma política de alterações profundas da vida e das estruturas existentes em qualquer ilha sem criar as alternativas necessárias ao seu desenvolvimento, a DORAA do PCP alerta para o facto de as medidas agora anunciadas não garantirem "nem a continuidade do aeroporto das Lajes como placa intercontinental nem do aeroporto de S. Maria como aeroporto de escalas técnicas e de alternativa", desti-

## Semana da Checoslováquia na cidade de Almada

Está a decorrer na cidade de Almada, por iniciativa conjunta da Associação de Amizade Portugal-Checoslováquia e da Câmara Municipal de Almada, uma Semana Checoslovaca que integra exposições de fotografias e de artesanato daquele país socialista. A Semana, iniciada no passado dia 23, decorre até ao próximo sábado. Amanhã à noite, no Teatro da Academia Almadense, realiza-se uma sessão solene em que, depois de algumas intervenções auspiciosas ao acontecimento, serão projectados filmes sobre a realidade da Checoslováquia socialista.

volvimento almejado pelas respectivas populações não pode nem deve depender dos jogos políticos praticados pela classe dominante, que visa concentrar os seus investimentos sacrificando para isso, se necessário, a sua influência política nas ilhas pequenas". Segundo a DORAA do PCP "a situação financeira do país e da região apontam, na fase actual, para uma política aérea regional, que assente no aproveitamento integral das infra-estruturas aeroportuárias existentes e que acelere a resolução do problema de transportes das ilhas da Graciosa, S. Jorge, Pico, Flores e Corvo". Sublinhando que o Governo Regional dos Açores não pode praticar uma política de alterações profundas da vida e das estruturas existentes em qualquer ilha sem criar as alternativas necessárias ao seu desenvolvimento, a DORAA do PCP alerta para o facto de as medidas agora anunciadas não garantirem "nem a continuidade do aeroporto das Lajes como placa intercontinental nem do aeroporto de S. Maria como aeroporto de escalas técnicas e de alternativa", desti-

nando-se apenas no plano eleitoral a tentar "recuperar a influência já perdida pelo PPD/PSD em virtude da política errada e incapaz que está a ser praticada na reconstrução das ilhas atingidas pelo sismo de 1 de Janeiro". No documento acusa-se o Governo Regional de agir de forma demagógica procurando "fazer só garantir o voto do eleitorado nas ilhas com maior número de eleitores" e apontam-se os "protestos da população de S. Maria e a atitude das autarquias da ilha, afectas ao PPD/PSD" como a prova clara de que "a demagogia das visitas ditas de trabalho e das medidas de fachada (os 9 mil contos para o aeroporto de S. Maria) já não enganam as populações". Após considerar que "só uma política que vise promover as classes mais desfavorecidas poderá encontrar o equilíbrio necessário entre o desenvolvimento global da Região e o desenvolvimento de cada uma das ilhas em particular", o executivo da DORAA do PCP exige que seja aberto um autêntico debate público sobre as medidas anunciadas pelo Governo Regional e no qual participem

# O custo da «AD» Dezenas de greves em sectores vitais

### Salários deste Governo só servem para os patrões

Dois dias de greve, confirmados anteontem ao fim da tarde, depois de mais uma reunião sem resultado com um representante do Governo, mobilizaram centenas de milhares de trabalhadores da Função Pública na terça e na quarta-feira. Fonte sindical indicava naquela altura uma adesão de 75% no primeiro dia da greve que abrangeu a administração central, regional e local, a Previdência, as Casas do Povo, instituições de obras sociais, professores do Sul e Açores e outros serviços públicos.

Amplamente divulgadas, as razões da luta a que este Governo obriga os trabalhadores, apesar da abertura às negociações de que continuam a dar provas, baseiam-se essencialmente em reivindicações de carácter salarial e no reconhecimento dos seus direitos à contratação colectiva.

Outras lutas, de que damos a seguir os pontos fulcrais, têm por objectivo, na sua quase totalidade, a obtenção de salários adequados ao aumento escandaloso do custo de vida que a «AD» tenta escamotear a fim de esconder o preço que o seu Governo custa ao Povo e ao País.

#### EPNC (Empresa Pública dos Jornais «Notícias» e «Capital»)

Corte do subsídio de doença a partir dos 20 dias de baixa, diminuição das remunerações, aumento dos horários de trabalho, mudanças arbitrárias de turno ou secção, corte de folgas fixas aos sábados e domingos são algumas das «medidas altamente lesivas dos interesses dos trabalhadores» desta empresa pública, cujo não acatamento já provocou mais de 400 processos disciplinares instaurados pelo conselho de gerência.

Depois de uma paralisação de 24 horas, cumprida com grande adesão, os trabalhadores da EPNC afirmam, segundo um comunicado da CT distribuído na manifestação de sábado, que «não reivindicam nesta luta quaisquer aumentos salariais ou outras regalias, mas sim a manutenção dos seus direitos e do respeito pela contratação colectiva de trabalho».

Embora «conscientes da situação criada na empresa pelos sucessivos governos e conselhos de gerência», que faz sentir a necessidade de uma reestruturação concreta, os trabalhadores não aceitam que essa reestruturação seja feita contra eles e lutam pelo

«cumprimento do Decreto-Lei n.º 639/76, que determinou a fusão da ex-Empresa Nacional de Publicidade e da ex-Sociedade Gráfica «A Capital» e no qual se estabelece que é da responsabilidade do Estado a situação das dívidas passivas das duas empresas.

«É em grande parte por essa lei não ter sido cumprida que o passivo da EPNC ascende actualmente a quase um milhão e meio de contos. O seu cumprimento determinaria, por si só, a inutilidade da declaração «em situação económica difícil», sublinha o comunicado da CT que, juntamente com os delegados sindicais, repudia, por outro lado, a tentativa de instaurar na empresa métodos de avaliação do pessoal que considera uma tentativa de «instituir métodos repressivos e pioscos», a fim de dividir os trabalhadores e «eventualmente seleccionar os que convêm ou não ao conselho de gerência».

**Bancários** — Sob o título «a direcção amarela do SBSI tenta ludibriar os bancários», um comunicado dos membros do Conselho Geral (órgão central do SBSI) elogia pelas listas unitárias acusam a direcção daquele sindicato, afecta ao PPD de ter montado uma farsa com a recente

declaração de greve que rapidamente desconvocou depois da «necessária encenação» com vista a «enganar os trabalhadores».

O comunicado, que expõe as razões dessa acusação, acrescenta que «o sentimento dos trabalhadores bancários é de luta pela defesa dos seus justos interesses contratuais» e exige a demissão dos corpos gerentes do sindicato, «antes que os trabalhadores bancários sejam mais uma vez atraídos».

**Metalúrgicos** — Reivindicando um aumento salarial de 31 por cento retroactivo a Março, os 180 mil trabalhadores metalúrgicos paralisaram por 48 horas na semana passada (4.ª e 5.ª-feira) com uma adesão que fonte sindical considerou superior às anteriores paralisações com percentagens que variaram entre os 82 e os 100 por cento na região de Lisboa, mais de 90 por cento no Barreiro e em Setúbal e cerca de 70 por cento em Coimbra.

«Encaminhar o processo para via administrativa», oferece aumentos da ordem dos 20,47 por cento sobre os mínimos salariais, percentagem que «além de não repor o poder de compra perdido», não tem em conta os salários efectivamente praticados nas empresas, em muitos casos superiores aos da última proposta patronal.

**Químicos** — Nos mesmos dias da semana finda paralisaram também os trabalhadores químicos. Com uma adesão que oscilou entre os 70 e os 80 por cento, a luta a nível nacional destina-se a contrariar o boicote do patronato às negociações do CCTV que, após quatro reuniões de conciliação continua a oferecer os 17,5 por cento de aumento que trazia das negociações directas. A investida do patronato é denunciada pelos sindicatos que acusam as entidades patronais de «tentativas de intimidação» e de «indícios de violação da lei da greve em algumas empresas, o que reflecte o desespero do patronato».

**Outras lutas** se desenvolvem ainda nos Gráficos (greve nacional de 24 horas na última quinta-feira); Cometa (nova fase de paralisações); Soda Póvoa (contra a repressão que pretende impedir a actividade sindical na empresa); Standard Eléctrica/TTT (várias formas de luta acompanhadas de diligências a vários níveis para evitar o despedimento colectivo de 248 trabalhadores); Expulsos de Israel (concentração na última segunda-feira no MT em busca de uma solução); Sotube (contra repressão patronal); Ferroviários (formas de luta previstas em prol da negociação de propostas sindicais e recusa de despedimento de maquinistas); RN (contra manobras da gerência para aumentar horários de trabalho); Crestuma-Lever (novo período de paralisações iniciado em 20 de corrente pelo caderno reivindicativo); Petrolgal (luta pela via judicial contra a ameaça de despedimentos na sequência das greves); INE — Instituto Nacional de Estatística (pela promulgação do decreto regulamentar que permitirá a aplicação a todos os trabalhadores das alterações à lei orgânica do INE); Pescadores (continua as paralisações no Algarve); Corame (greve ao trabalho extraordinário por retroactivos devidos aos trabalhadores no montante de 4750 contos).

**Sector automóvel** — Contra um aumento de 18 por cento, que o patronato continua a querer impor, os trabalhadores do sector automóvel, abrangendo a fabricação, montagem, reparação e normalização, cumprem uma semana de luta que previa para ontem e hoje uma paralisação geral de 48 horas e recusa à prestação de serviço extraordinário nos outros dias. A regulamentação de trabalho do sector não é revista desde 1977.

**Portuários** — Com um programa de luta diversificado, que inclui paralisações e recusa das horas extraordinárias, os trabalhadores das administrações e juntas portuárias lutam pelo seu estatuto laboral que, teoricamente em vigor há cerca de um ano, continua sem aplicação por não estar regulamentado. A forma de luta adoptada tem efeitos práticos durante 14 dias e afecta todos os portos do continente.

**Siderurgia** — Paralisando na penúltima quarta-feira seis horas por turno em toda a empresa, os trabalhadores da Siderurgia Nacional iniciaram a luta pela rápida negociação dos regulamentos de regalias sociais, admissões e carreiras profissionais, que já deveriam ter sido há nove meses. Os trabalhadores exigem a aprovação dos regulamentos na sua totalidade, depois de discutidos pelos interessados. Uma das origens da greve está em horários ilegais que se praticam na Siderurgia desde 1977.

**Outras lutas** se desenvolvem ainda nos Gráficos (greve nacional de 24 horas na última quinta-feira); Cometa (nova fase de paralisações); Soda Póvoa (contra a repressão que pretende impedir a actividade sindical na empresa); Standard Eléctrica/TTT (várias formas de luta acompanhadas de diligências a vários níveis para evitar o despedimento colectivo de 248 trabalhadores); Expulsos de Israel (concentração na última segunda-feira no MT em busca de uma solução); Sotube (contra repressão patronal); Ferroviários (formas de luta previstas em prol da negociação de propostas sindicais e recusa de despedimento de maquinistas); RN (contra manobras da gerência para aumentar horários de trabalho); Crestuma-Lever (novo período de paralisações iniciado em 20 de corrente pelo caderno reivindicativo); Petrolgal (luta pela via judicial contra a ameaça de despedimentos na sequência das greves); INE — Instituto Nacional de Estatística (pela promulgação do decreto regulamentar que permitirá a aplicação a todos os trabalhadores das alterações à lei orgânica do INE); Pescadores (continua as paralisações no Algarve); Corame (greve ao trabalho extraordinário por retroactivos devidos aos trabalhadores no montante de 4750 contos).



Fortemente representado na manifestação, o «DP» é um dos jornais estatizados mais atingidos pela censura e a repressão

## Propaganda do Governo não faz lei na Comunicação Social

Obrigado a recuar perante a determinação dos trabalhadores e das forças democráticas, designadamente através das posições defendidas na Assembleia da República e nos Conselhos de Informação, o Governo sofreu no último sábado em Lisboa uma grande derrota na suas aspirações de colocar completamente ao seu serviço os órgãos de comunicação social estatizados.

Muitos milhares de trabalhadores, desfilando entre a Praça do Marquês do Pombal e os Restauradores, na primeira manifestação deste tipo realizada em Portugal depois do 25 de Abril, exigiram muito claramente o respeito pela liberdade de expressão e pelos direitos constitucionais que proíbem o desfaço deste Governo na manipulação da opinião pública através da TV, da Rádio e dos jornais, tem de estar ao serviço do regime democrático e não das forças partidárias que tentam destruí-lo.

Convocado com uma adesão prévia surpreendente por estruturas do Movimento Sindical Unitário, o desfile que acabou por ser uma autêntica manifestação seguida de comício, contou com o apoio manifesto do Sindicato dos Jornalistas (o vice-presidente da direcção interveio no comício) e da organização dos trabalhadores socialistas da comunicação social.

As várias formas de repressão e de coacção ideológica a que este Governo submete jornalistas e outros trabalhadores na RTP, RTP, «Diário de Notícias», «Capital», «Diário Popular» e na generalidade dos órgãos que avidamente procura submeter por completo aos seus projectos para as próximas eleições, foram amplamente denunciadas nas intervenções do comício, nomeadamente pela voz do representante do Sindicato dos Jornalistas que, intervindo em nome de todos os Sindicatos da Comunicação Social, afirmou a dado passo

que «o Governo quer os jornais, a rádio e a televisão como instrumentos da sua propaganda e para conseguir isso coloca lá quem não tem escrúpulos de recorrer à censura, à marginalização e à chantagem».

Centenas de processos disciplinares no «Diário de Notícias», suspensões com ameaça de despedimentos na Rádio, casos provados de censura, recusa de readmissão dos trabalhadores ilegalmente despedidos da RTP e RDP na sequência do 25 de Novembro e posteriormente amniestados, boicote à entrada em funções de administradores eleitos pelos trabalhadores segundo a lei, degradação crescente das condições de trabalho dos jornalistas e da própria profissão são outras tantas acusações para que este Governo não tem resposta porque são o fundamento da sua política virada para o obscurantismo ao serviço das forças do passado fascista.

Jornalistas e restantes trabalhadores da comunicação social têm consigo a opinião pública na defesa dos princípios constitucionais da independência perante o poder e do pluralismo ideológico na Televisão, na Rádio e nos jornais que são propriedade do Estado. Esses meios de comunicação atingidos compareceram em massa no desfile e os responsáveis directos pela política que fazem foram obrigados a transmitir (nuns casos o essencial e noutros amplamente) as reivindicações, as acusações e os protestos dos trabalhadores concentrados nos Restauradores, em frente à Secretária de Estado da Comunicação Social deste Governo que pretende fazer do Palácio Foz a sede do novo SNI da propaganda fascista.

Numa moção aclamada no final do comício que, na sequência de outras acções de luta e de reafirmação de direitos sonoados, levou já ao uso constitucional do tempo e antena por parte do PCP na Televisão, os milhares de manifestantes exigiram «a garantia da independência da

comunicação social estatizada face ao Governo e poderes públicos, a liberdade de informação, nomeadamente o fim da censura, manipulação e qualquer tipo de pressões sobre os jornalistas e o fim da repressão sobre os trabalhadores do sector».

Mas para que não voltem a repetir-se casos como o tratamento difamatório da greve na Petrolgal na Televisão e noutros órgãos estatizados, para que a repressão desapareça do «Diário de Notícias», para que a política cultural não esteja dependente dos dislates actuais, para que o «Diário Popular», a «Capital» se liber-

tem do domínio partidário da Aliança reaccionária e assumam as funções para que são pagos, é imprescindível continuar e fortalecer, no sentido da unidade, a luta de todos os trabalhadores da comunicação social, inclusivamente na defesa dos seus postos de trabalho ameaçados pelo assalto generalizado às nacionalizações, ao controlo de gestão, aos conselhos de redacção e a todas as liberdades e direitos constitucionais que, através da comunicação social, são um dos estímulos mais fortes na preservação do regime democrático que o Governo Sá Carneiro tenta destruir.



A situação dos trabalhadores da EPNC mobiliza a solidariedade dos companheiros de outros órgãos de informação



Os trabalhadores da Cometa contam-se entre os que mais têm lutado contra a crise provocada na metalomecânica pesada do sector empresarial do Estado pela política de recuperação capitalista

## Uma exigência nacional Grandes manifestações em 21 de Junho

A CGTP-IN que, através do seu Secretariado Nacional, segundo decisão ratificada pelo Conselho Geral da Confederação, acaba de «exortar os trabalhadores de todo o país a manifestarem-se pela demissão do Governo em 21 de Junho como «exigência nacional», acusa a CIP (Confederação do grande patronato) de pretender a revisão da lei da greve, em «acção concertada com o Governo, para dar cobertura às anunciadas medidas legislativas contidas no pacote do ministro Eusébio, que visam rever, na prática, leis e direitos fundamentais dos trabalhadores».

A CGTP-IN que, perante a «atitude sem legitimidade» da CIP ao arrogar-se «o papel de intérprete do interesse nacional», rejeita frontalmente o seu «pretensão paternalista idiota», põe mais uma vez as coisas no lugar quanto às greves e às suas causas que são da responsabilidade da própria CIP e do seu Governo, «resultando fundamentalmente dos seguintes factores: total intransigência e incapacidade negociadora do patronato; boicote sistemático às propostas dos trabalhadores ao livre e honesto desenvolvimento da contratação colectiva; e cobertura automática deste Governo a tais acções».

Para além da CIP, «que pretende rever a lei da greve para anular este direito dos trabalhadores», a CGTP-IN denunciava anteontem, em conferência de imprensa, o pacote do Governo para as leis do trabalho «que visa liberalizar os despedimentos e tornar piores para os

## Na Equimetal Por dentro da greve (2)

Situações pessoais e familiares insustentáveis continuam a afectar os trabalhadores da Equimetal. Obrigados, alguns, a vender bens de suas casas e recorrendo ao crédito para que não falte em casa o pão para a boca e o estritamente necessário, os 1600 trabalhadores mantêm na sua maioria esmagadora a firme disposição de continuar a luta pela defesa da empresa e dos postos de trabalho.

A paralisação mais recente, que termina hoje (a quarta, este mês) decorreu como as anteriores com uma adesão praticamente total e subordinada às mesmas razões da luta, em todas as divisões da empresa.

Os salários de Abril continuavam por pagar no princípio desta semana. Mais de 4 mil pessoas, em frente à Câmara Municipal do Barreiro, apoiavam, entretanto, a luta justa dos trabalhadores, exigindo medidas imediatas e de fundo no sentido do pagamento dos salários, da viabilização da empresa, da garantia dos postos de trabalho e das pensões de reforma.

Com apenas 463 mil contos de facturação a receber dentro de um a dois meses — verba que a administração quer destinar por inteiro ao pagamento a fornecedores — a Equimetal, que precisa mensalmente de 22 mil contos líquidos para salários (sem contar com Previdência, Sindicatos, Fundo de Desemprego e Imposto Profissional que não paga), aproxima-se rapidamente da ruína com grave prejuízo para a economia nacional.

A carteira de encomendas não sofre alterações desde Setembro de 1979.

Nos últimos seis meses nenhuma encomenda significativa se obteve com excepção de uma caldeira (só mão-de-obra — 21 mil contos) para o projecto do amoniacal da Quimigal.

Perderam-se vários concursos. Entre eles, a central de gás para a EDP (150 mil contos) e 2 caldeiras para a Isopor, no valor de 48 mil contos.

Propostas apresentadas ou contratos potenciais não tiveram seguimento, ou dispõem de possibilidades reduzidíssimas em Sines, na Siderurgia Nacional, na Quimigal e na EDP.

A administração viajava, entretanto, pelo estrangeiro, gastando «centenas de contos» (comunicado da CUTE de 12 do corrente) sem que «na grande

## Como se destrói uma empresa nacionalizada

Só querem a carne!

O requerimento de dois deputados do PCP, o secretário de Estado das Finanças afirmava, em 18 de Março, que «neste momento estão prontos os trabalhos para que, uma vez garantida a possibilidade técnica de a Equimetal satisfazer as possíveis exigências do mercado, o Governo dê a conhecer às entidades envolvidas no processo de apreciação da proposta do contrato de viabilização desta empresa os moldes em que intervirá no esforço financeiro exigido para a viabilização da Equimetal».

Por cima desta prosa retorcida e oficial passaram mais de dois meses. Dois meses sem salários para os 1600 trabalhadores da Equimetal.

Apesar de estarem «prontos os trabalhos», nenhuma solução se vislumbra. O Governo aguarda a total degradação da empresa para salvar a «carne da divisão de Sines (boa maquinaria, moderna e eficaz) e deitar fora os ossos incluindo neles a grande maioria senão a totalidade dos postos de trabalho».

E se assim não é, qual a razão das manobras, dos «estudos», dos «outros modelos de estruturação (...) eventualmente mais adequados» sempre cobertos de silêncio, sempre engendrados nas costas dos trabalhadores?

A proposta de contrato de viabilização, apresentada em Dezembro de 1978 e que deve ser actualizada, continua por assinar.

Todas as preocupações dos trabalhadores se têm agravado, entretanto.

Em 6 do corrente, durante o primeiro período de greve, a CUTE sublinhava «os dois ângulos distintos» pelos quais, numa reunião de administradores com representantes do IPE (Instituto de Participações do Estado) se encara o problema da Equimetal:

«Ou «resolver a questão assinando o contrato de viabilização;

«Ou resolver a questão por via de arranjos (desmantelamento com possíveis vendas das divisões, integrações ou independências)».

Sobre estas alternativas (e não há dúvida que o Governo ameaça cada vez mais com o segundo «arranjo») nada de concreto foi transmitido aos trabalhadores. Alheio a qualquer dessas decisões de fundo, apenas se confirmou nessa reunião o apoio financeiro à empresa por parte de um dos seus principais clientes (do grande capital privado?) dos 15 mil contos do IPE e de um aval de 70 mil contos do Governo, concedido, no papel em 17 de Abril.

Mas apesar desse apoio de um cliente, que não se sabe quem é, e dos avals (o de 70 mil contos continua a ser recusado pela Banca nacionalizada), os salários de Março e Abril continuavam por pagar no início da última semana de Maio.

Quem cala consente

A Comissão de Trabalhadores da Equimetal pergunta qual o objectivo do IPE, da administração (a que resta) e do Governo quando se recusam, como é evidente, a tomar as medidas urgentes para o saneamento económico e financeiro de uma das maiores unidades industriais do País. Perguntam se o Governo está interessado em destruir esta importante empresa «indispensável à economia nacional». Mas o Governo não responde. O Governo cala-se.

Os trabalhadores sabem, na generalidade, o que ele consente ao apetite do grande capital privado.

Dois dos principais administradores já abandonaram a empresa, aceitando outros cargos oferecidos por este Governo.

O contrato de viabilização continua nas gavetas dos bancos. Nem dele se ouve falar.

Outra solução viável? Quando? Como?

Este Governo, tão palrador na

## Como se destrói uma empresa nacionalizada

televisão sempre que se trata de denegrir, confundir e caluniar, agora não diz nada. Sobre o futuro imediato de 1600 postos de trabalho nem uma palavra. Sobre os 200 aposentados, idem.

Quem pode, neste caso, pôr em dúvida a inevitabilidade e a justiça da greve? Quem pode recusar aos trabalhadores a única arma que lhes resta para lutar pelos seus direitos, sobretudo quando eles salvaguardam os interesses da empresa e do País?

A justiça e a inevitabilidade da greve na Equimetal foram salientadas na Assembleia da República por uma deputada comunista (ver «Avante!» de 22 do corrente). Os trabalhadores têm o apoio solidário das forças democráticas, dos companheiros, que trabalham nas empresas do sector, e da população do Barreiro, como ficou demonstrado na concentração da última sexta-feira em frente à Câmara Municipal.

Contra a ameaça iminente da perda dos salários e dos postos de trabalho, os trabalhadores da Equimetal não têm outra alternativa que não seja a intensificação da luta em unidade contra os responsáveis por esta situação de descalabro que se aninham no Governo e pretendem abusar de uma autoridade precária para denegrir uma luta justa, baseada nos interesses superiores do País.

O reforço da unidade tem prosseguido sem quebras. A adesão aos quatro períodos de greve, já cumpridos este mês num total superior a 8 dias, tem sido praticamente total. De fora ficam apenas alguns engenheiros e técnicos que a situação da empresa parece não afectar.

O apoio dos 1600 trabalhadores aos seus organismos representativos acentua ainda mais a perspectiva da vitória. Ela existe e é possível alcançá-la. Apesar dos esforços exigidos e dos sacrifícios prolongados, que afectam grande número de famílias, a luta pela viabilização da Equimetal prosseguirá com a certeza de atingir os objectivos legítimos que a justificam inteiramente.

Dois dos principais administradores já abandonaram a empresa, aceitando outros cargos oferecidos por este Governo.

O contrato de viabilização continua nas gavetas dos bancos. Nem dele se ouve falar.

Outra solução viável? Quando? Como?

Este Governo, tão palrador na

1.º CONGRESSO DA JCP: JUVENTUDE DE ABRIL A CAMINHO DO FUTURO

A Juventude de Abril já percorre os caminhos

Seis sessões de trabalho ao longo de dois dias. Mais de mil delegados e cerca de três mil e quinhentos convidados. O estudo e a análise aprofundadas dos principais problemas que afectam a juventude portuguesa, num ambiente em que a criatividade e a alegria andaram de braço dado com a reflexão e a seriedade. Por isso, a aprovação de propostas para o futuro, a mão que os representantes de mais de trinta e cinco mil jovens comunistas estenderam, no final, a todos os jovens portugueses. Em nome de Abril, para o futuro. Isto foi o I Congresso de Juventude Comunista Portuguesa, organização juvenil autónoma do PCP, reunido no passado fim-de-semana em Lisboa, no Pavilhão da Tapadinha.

Os trabalhos do Congresso iniciaram-se na manhã de sábado, cerca das 10 e 30, com todos os presentes - delegados e convidados - erguendo as suas vozes numa só voz para cantar "A Internacional" e o "Hino da Juventude Democrática". Depois, os delegados aprovaram por aclamação o Regulamento do Congresso, a constituição da Mesa da Presidência, do Secretariado do Congresso e das restantes Comissões - de Redacção, de Verificação de Mandatos e Eleitoral.

Um entusiasmo caloroso acolheu a presença na Mesa da Presidência do Congresso da delegação do Partido Comunista Português, dirigida pelo secretário-geral, camarada Álvaro Cunhal, e constituída ainda pelos camaradas Jorge Araújo, membro do Secretariado do CC do PCP, e Francisco Lopes, membro do Comité Central e do Executivo da DORL do PCP.

A Saudação de Abertura foi proferida pelo camarada Augusto Carreto, membro do executivo da

Direcção Nacional da JCP. Depois de ter saudado todos os delegados e convidados presentes, bem como as organizações que representavam, o camarada Augusto Carreto saudou especialmente a delegação do PCP e apresentou as delegações estrangeiras presentes, em número de 39, que tomaram lugar na Mesa da Presidência, e entusiasticamente aclamadas por todos os presentes.

As intervenções de fundo

Os camaradas Horácio Rufino, Henrique Neves, Afonso Lima Martins e Pina Moura proferiram as intervenções de fundo dos trabalhos do Congresso.

Horácio Rufino, também membro do CC do PCP, enquadrou a realização do I Congresso da JCP, salientando o dado passo: Este nosso I Congresso entra assim, positivamente, no intenso processo de unificação e de implantação nacional da Juventude Comunista Portuguesa, abrindo novas e grandes



perspectivas ao seu desenvolvimento.

Sintetizando seguidamente as três grandes direcções de luta empreendidas pela JCP desde a sua unificação há seis meses, oração Rufino sublinhou:

A primeira, a luta em defesa do Portugal de Abril, da democracia e da liberdade, contra a acção das forças reacçãoárias, pela demissão do Governo Carnero/Amaral. A segunda, a luta em defesa dos interesses e reivindicações específicas da Juventude. A terceira, a luta e acção pela ocupação e criação dos tempos livres da juventude, pelo direito ao desporto, à cultura e ao convívio.

Coube ao camarada Henrique Neves, do Executivo da DN da JCP e do CC do PCP, referir-se ao papel da Juventude Comunista Portuguesa como vanguarda revolucionária dos jovens do nosso país. Por sua vez, Afonso Lima Martins abordou o tema movimento da juventude, acentuando o dado passo:

A JCP, como vanguarda revolucionária da juventude, herdeira de grandes tradições de luta através das organizações juvenis anteriores, desde a FJC, MUD Juvenil, MJT, até à UJC e UEC, tem grandes responsabilidades no desenvolvimento do movimento juvenil. Cabe-nos a nós, jovens comunistas, estar na primeira linha, conduzir a luta da juventude na defesa dos seus direitos e aspirações, nos ideais da democracia e da liberdade alcançados na madrugada libertadora do 25 de Abril, pelo movimento popular e pelos jovens capitães de Abril, que aqui se cumpre saudá-los calorosamente, com a certeza de que, como sempre, os jovens comunistas lutarão pela defesa desta grande conquista do povo e da juventude de Portugal.

Finalmente, coube ao camarada Pina Moura, do Executivo da DN e membro suplente do CC do PCP, apresentar ao Congresso a plataforma para a unidade da juventude portuguesa, definindo-a deste modo:

A plataforma que submetemos à aprovação do nosso Congresso é, como fica amplamente demonstrado, uma proposta de luta. Mas é, simultaneamente, uma proposta de unidade da JCP.

É uma proposta de unidade dirigida a todos os jovens portugueses que, como nós, querem ver triunfar na sociedade portuguesa os ideais da liberdade, da fraternidade, da justiça e do progresso social. Sabemos que estas ideais são comuns à esmagadora maioria da

juventude portuguesa, mesmo a muitos que em contradição com os seus anseios e aspirações, iludidos e mistificados, apoiam as forças reacçãoárias. É também para esses jovens que esta proposta de unidade se dirige.

Congresso - um exemplo de vida democrática

Os dois textos fundamentais do Congresso da JCP foram votados na sessão da manhã de domingo. Em resultado da ampla discussão realizada sobre

o Documento Preparatório apresentado pela Direcção Nacional, foram apresentadas à Comissão de Redacção mais de 260 propostas de alteração, metade das quais foram aceites.

Foi já o Documento Preparatório conteúdo estas alterações que os mais de mil delegados votaram, aprovando-o por esmagadora maioria, tendo-se apenas registado 14 abstenções. E logo que foi anunciado o resultado, eis que das mãos da totalidade dos delegados se ergueu o texto, como quem afirma que, em função de um debate profundo e democrático, ele se transforma num instrumento

de trabalho dos jovens comunistas. Instrumento de trabalho que caracteriza os jovens em Portugal no início da década de 80, instrumento de trabalho que propõe uma plataforma para a unidade da juventude portuguesa, instrumento de trabalho que analisa o movimento da juventude, instrumento de trabalho que mostra a todos os jovens a JCP - vanguarda da juventude portuguesa.

O I Congresso da JCP aprovou igualmente os Princípios Orgânicos da organização juvenil autónoma do PCP, por

esmagadora maioria, com 4 abstenções.

Na sessão exclusivamente reservada a delegados, foi a Comissão Central da Juventude Comunista Portuguesa, apresentada depois aos milhares de pessoas - sobretudo jovens - presentes na sessão de encerramento.

Sessão de encerramento decorrerá da qual uma delegação de Pioneiros de Portugal - presentes na sessão de encerramento dos Jovens Comunistas.

E foi com as palavras do secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal - que transcrevemos

Dados sobre a JCP



Na intervenção do camarada Henrique Neves foram revelados vários dados sobre a Juventude Comunista Portuguesa. Assim:

Segundo o balanço de organização feito pouco antes do Congresso, a JCP conta nas suas fileiras com mais de 35 750 membros.

Desde o encontro de unificação da Juventude Comunista aderiram à JCP mais de 8 600 jovens.

Quanto à sua composição social, verificamos que 55,5 por cento são jovens

trabalhadores, 34,3 por cento são estudantes, e 10,2 por cento são diversos.

No que respeita à composição etária, 5,7 por cento têm menos de 14 anos, 46,8 por cento entre 14 e 19, e 44,3 por cento mais de 20 anos.

As raparigas atingem os 25,2 por cento.



Intervenção de

Camaradas: O I Congresso da JCP chega ao fim dos seus trabalhos. É o primeiro Congresso da JCP, mas não o primeiro congresso de juventude comunista portuguesa. Atrás deste I Congresso da JCP está uma longa história de mais de duas décadas de anos, através dos quais sucessivas gerações de jovens comunistas, antes e depois do 25 de Abril, utilizando formas organizativas diversas consoante as condições concretas existentes, deram exemplos de coragem, combatividade e abnegação na luta pela liberdade, pela independência nacional, pela paz, pelo socialismo - a causa da juventude. É, porém, um momento novo que a juventude comunista vive no Congresso, é uma organização nova que arranca, são soluções que apontam, é uma etapa nova da acção dos jovens comunistas e da sua juventude que temos por diante. O Congresso abre amplas perspectivas à actividade da juventude comunista portuguesa. Estamos certos de que as decisões deste I Congresso serão levadas à prática pela JCP, por todos e por cada um dos seus militantes, sob a direcção das decisões tomadas, unidos numa só vontade e firmemente determinados a provar na vida que o caminho marcado no Congresso é o justo caminho.

A juventude - força social

Os trabalhos preparatórios e as conclusões do Congresso representam um avanço qualitativo no que se refere à análise da situação da juventude à definição dos objectivos da sua luta, à caracterização dos seus movimentos, assim como às formas de organização, critérios de admissão, tarefas e estilo de trabalho da JCP.

Constitui uma tese com sério significado político e prático, pois a juventude como uma força social, embora diversificada, na qual se encontram problemas, sentimentos e aspirações comuns. Tem igualmente sério significado a proclamação do documento político do Congresso, segundo a qual a juventude, globalmente, se encontra ligada, pelo trabalho e pelo estudo, pela sua maneira de agir e de pensar ao Portugal saído de Abril, às perspectivas então abertas de construção de um novo país, de uma nova vida.

É justo por isso colocar como tarefa unir a juventude comunistas globalmente. Uma tal orientação não significa porém que se considere a juventude como uma força social estranha à divisão da sociedade em classes e se esqueçam as contradições e interesses de classe que estão presentes nos problemas, nos interesses, na vida, na actuação e nas diferenciações da juventude.

Quando este Congresso abordou os interesses comuns, sentimentos comuns, as aspirações comuns da juventude como força social, deu-lhe relevo ao desporto, à música, ao convívio, aos tempos livres.

Mas não só. É justo por isso colocar como tarefa unir a juventude comunistas globalmente. Uma tal orientação não significa porém que se considere a juventude como uma força social estranha à divisão da sociedade em classes e se esqueçam as contradições e interesses de classe que estão presentes nos problemas, nos interesses, na vida, na actuação e nas diferenciações da juventude.

Quando este Congresso abordou os interesses comuns, sentimentos comuns, as aspirações comuns da juventude como força social, deu-lhe relevo ao desporto, à música, ao convívio, aos tempos livres. Mas não só. É justo por isso colocar como tarefa unir a juventude comunistas globalmente. Uma tal orientação não significa porém que se considere a juventude como uma força social estranha à divisão da sociedade em classes e se esqueçam as contradições e interesses de classe que estão presentes nos problemas, nos interesses, na vida, na actuação e nas diferenciações da juventude.

As correntes de atracção da juventude

Os documentos do Congresso desenvolvem amplamente os objectivos e as formas de luta da juventude e as variadas componentes do movimento da juventude, indicam como viver os tempos livres de forma criadora, aprofunda a análise das grandes correntes de atracção e preferência dos jovens.

O Congresso, abordando simultaneamente os problemas e objectivos fundamentais da juventude, os seus movimentos e lutas, e as grandes correntes de atracção e preferência dos jovens, aponta as motivações fundamentais dos jovens no momento presente, os estímulos à sua vida e à sua intervenção na sociedade.

O conhecimento em profundidade e com rigor, tanto dos problemas da juventude como das correntes de atracção - o desporto, o convívio, a música entre outras - é essencial para uma justa orientação e uma correcta actuação.

Fazendo um reconhecimento das correntes de atracção a JCP assume porém um papel passivo, neutro ou seguidista.

A JCP faz um juízo crítico, combate firmemente fenómenos destruidores da juventude, como a droga, a prostituição e o combate tendendo a negativas e insere elementos novos e constitutivos nas correntes de atracção.

A tarefa não é apenas conhecer e examinar as preferências da juventude. No quadro das preferências e correntes de atracção, a tarefa é criar a juventude para soluções correctas, para a luta, para a transformação criadora da sociedade portuguesa, incluindo a transformação da própria vida da juventude.

Os documentos do Congresso, o «Plataforma para a unidade da juventude portuguesa», os problemas relativos aos movimentos da juventude, os problemas do desenvolvimento da JCP aparecem, como elemento da situação, da presença e da intervenção da juventude na vida nacional, o trabalho e a luta.

O trabalho e a luta não são apenas uma realidade e uma necessidade de dever social e de dever cívico, mas são também correntes de atracção, e das mais poderosas correntes de atracção da juventude.

O trabalho é fonte de bem-estar e de felicidade do homem e a luta é atitude ante a vida e caminho do futuro.

No Congresso, de viva voz

Um pouco ao acaso falámos com alguns dos delegados a este I Congresso da Juventude Comunista Portuguesa, tendo apenas como preocupação fazê-lo com elementos representantes de regiões e sectores diferentes. Conversas curtas, travadas à pressa nos intervalos das sessões, pontuadas aqui e ali por uma evidente emoção. E pressa igualmente evidente, pois os intervalos escoavam-se a olhos vistos e os camaradas da JCP, compreensivelmente, não queriam perder pitada do que se passava nas sessões.

Este entusiasmo contagiante que levava ao rubro as saudações ou as aclamações proferidas no pavilhão da Tapadinha foi, de resto, o tom dominante de todo o Congresso. Isso mesmo realçou Dulce Martins, operária têxtil de Coimbra, de 22 anos de idade, um dos delegados da Beira Litoral. Este Congresso, dizia-nos ela entre duas ovações que rebavam pela sala, é um acontecimento histórico na vida da juventude portuguesa; foram aqui trazidos os mais diversos aspectos que caracterizam o dia-a-dia da juventude do nosso país, com as suas interrogações, dificuldades e problemas. Esses problemas foram aqui debatidos publicamente e a fundo, e isso é muito importante.

Avante! - O que, de certo modo, explica a grande vivacidade que tem caracterizado este Congresso... Dulce: - E trouxe igualmente a oportunidade de se ver quanto a JCP aumenta de dia para dia o seu peso e influência na juventude portuguesa e a sua real inserção nos problemas com que essa juventude se debate. E deste Congresso sairá certamente uma valiosa contribuição para o enfrentar desses problemas.

Em seguida falámos com João Deoz Mota, jovem de 21 anos, operador de máquinas, natural da ilha do Faial, Açores, e delegado ao Congresso por esta Região Autónoma da Madeira.



concelho de Cuba. «Disparou» de imediato, os olhos azuagados num rosto particularmente fresco e bonito de rapariga.

Céu: - Quero dizer, antes de mais, que realizámos no concelho de Cuba, várias iniciativas para a divulgação do nosso Congresso, tendo os Pioneiros desenvolvido uma boa actividade. Com essas iniciativas mobilizámos muita malta, despertámos o entusiasmo, a ponto de, durante uma sessão, dois dos participantes inscreveram-se como militantes da JCP!

Avante! - As coisas estão portanto a correr bem na JCP, no concelho de Cuba...

Céu: - Também temos dificuldades, é claro. A malta é combativa, mas também surgem erros, que a prática ajuda a corrigir.

Avante! - Queres pormenorizar alguns aspectos dessa combatividade de que falas?

Céu: - Ah, sim, camarada! As «reservas», quando há «reservas», nós, jovens alentejanos, lá estamos ombro-a-ombro com os outros trabalhadores na defesa da Reforma Agrária! Ombro-a-ombro no trabalho e na luta pelo que é nosso e nos dá pão!

Avante! - Que pensas deste Congresso?

Céu: - Respondendo já a essa pergunta, mas falando ainda de combatividade, informo-te que vieram mais de 500 jovens alentejanos em comboio especial para assistir ao I Congresso da JCP. Quanto ao Congresso, ele demonstra bem que a juventude trabalhadora do nosso país está contra a política do Governo PPD/CDS, política de ataque ao regime democrático, sendo a juventude uma das principais vítimas desse ataque.

Por fim, já com a última sessão destes a começar falámos com Carlos Costa, 18 anos, do colectivo do JCP de Santa Iria de Azóia e delegado ao Congresso por Loures. Houve uma grande participação nos debates para o Congresso, declarar-nos-ia, e é interessante verificar que houve dezenas de propostas de alterações no concelho de Loures apresentadas por jovens não comunistas. De resto, a juventude não comunista do concelho, tem acolhido muito bem as iniciativas da JCP, nelas participando largamente. E isso traz os seus frutos, concluiu Carlos Costa, como bem o prova o recrutamento de mais de 350 jovens para a JCP no concelho de Loures, desde a unificação até agora.

A mais jovem delegada

Maria Antónia Bernardo tem treze anos (vai fazer 14 em Outubro próximo) e foi o mais jovem delegado presente no I Congresso da Juventude Comunista Portuguesa. Entrou para a JCP em Dezembro último e integrava-se na delegação de Beja.

Loira como o trigo. Olhos azuis, grandes e belos, olhando de frente, docemente, à vontade. Rosto oval, sardas que lhe ficam «a matar». Uma linda rapariga, a Maria Antónia. Falámos com ela. Nessa conversa afirmou-nos que estava na JCP porque entendia ser ali o seu lugar, jovem comunista que vê o PCP como o único Partido que defende os interesses da juventude e dos trabalhadores, o único Partido

que cumpre com o que diz. Estava a gostar muito do Congresso, adiantando duas boas razões para isso: primeiro porque os jovens, levando para ali os seus problemas já analisados e debatidos, ali abriam novos caminhos, apontavam soluções, encontravam novas formas de organização. Segundo, porque o Congresso era também uma forma de se conviver com outros camaradas. Finalmente manifestou um desejo: que no próximo Congresso estejam presentes muitos outros jovens com a idade que ela agora tem. Confiamos que sim. Maria Antónia. E queres uma boa razão para essa confiança, camarada? Tu própria.



Uma Comissão Central jovem

Os mais de mil delegados ao I Congresso da Juventude Comunista Portuguesa elegeram, ao fim da manhã de domingo e de acordo com a ordem de trabalhos aprovada, a Comissão Central de 133 membros.

A proposta apresentada ao Congresso pela Direcção Nacional da JCP foi aprovada por maioria, com 18 votos contra e 81 abstenções.

A média de idades dos membros da Comissão Central do JCP é de 20 anos, sendo a jovem Emília Domingos Marques, estudante da Escola Secundária da Marinha Grande, o mais novo dos seus membros (15 anos) e Horácio Rufino, membro do Executivo da Comissão Central e do CC do PCP, o mais velho (28 anos). Do conjunto dos membros da CC, 56 por cento têm menos de 20 anos, 37 por cento têm entre 21 e 25 anos, e 7 por cento têm mais de 25 anos.

Quanto à composição social, 35 por cento dos membros da CC são operários industriais, 7,5 por cento são operários agrícolas, 19 por cento empregados e 38,5 por cento estudantes (dos quais 52 por cento do ensino secundário, 5 por cento do propedéutico e 43 por cento do ensino superior).

As raparigas constituem 19,5 por cento do total dos membros da Comissão Central da Juventude Comunista Portuguesa.





## 1.º CONGRESSO DA JCP: JUVENTUDE DE ABRIL A CAMINHO DO FUTURO

De Abril para o futuro:  
um documento da juventude  
para a juventude

O documento-base aprovado por esmagadora maioria no I Congresso da JCP (apenas se registaram 14 abstenções) constitui um poderoso instrumento de trabalho nas mãos dos mais de 35 mil jovens comunistas. Intitulado «Juventude de Abril a Caminho do Futuro» — foi, aliás, sob esta designação que se reuniu o Congresso dos jovens comunistas — o documento divide-se em quatro partes, que foram objecto de intensa discussão preparatória em todas as organizações da JCP desde o passado dia 20 de Abril e de que resultaram mais 250 propostas de alteração apreciadas nos trabalhos do Congresso.

A primeira parte do documento intitula-se «Ser jovem em Portugal, no início da década de 80»; a segunda, apresenta a toda a juventude do nosso país «Uma plataforma para a unidade da juventude portuguesa»; a terceira parte do documento é dedicada à análise de «o movimento da juventude»; finalmente, na última parte trata-se do papel da «JCP — vanguarda da juventude portuguesa».

Ser jovem em Portugal  
no início  
da década de 80

A juventude é uma força importante no Portugal de Abril — afirma-se ao iniciar esta parte. E crescem-se dados, relativos a 1975: nesse ano, um quarto da população total do país era constituída por jovens dos 10 aos 24 anos (eram cerca de dois milhões e meio). De entre estes, mais de um milhão e cem mil faziam parte da população activa, constituindo 32 por cento do seu total.

E, a este respeito, o documento especifica que constituem a juventude operária mais de duas centenas de milhares de jovens operários que trabalham em indústrias transformadoras, cerca de 80 mil na construção e outras dezenas de milhares nas indústrias extractivas, no sector eléctrico e na agricultura. Quanto aos jovens camponeses, são milhares os que, no norte e centro do país trabalham a terra. Os jovens empregados são mais de trezentos mil, distribuídos pelos serviços (152 mil), pelo comércio (113 mil) e pelos transportes e comunicações (52 mil). Quanto aos jovens que estudam, são cerca de 400 mil nas escolas secundárias e cerca de 87 mil no ensino superior. Finalmente os jovens desempregados são em número superior a 300 mil.

Afirma-se no documento: Inserir nas mais diversas áreas de actividade económica e social, os 2,5 milhões de jovens encontram-se indissolúvelmente ligados ao seu trabalho e estudo, pelo seu modo de sentir e viver, ao Portugal safado de Abril, às perspectivas então abertas de construção de um novo país, de uma vida nova.

E acrescenta-se: Unir a juventude é pois, unir uma enorme força social de cujo esforço, vontade, inteligência e capacidade criadora

dependem em larga medida o futuro do Portugal democrático e socialista, os destinos colectivos da Pátria portuguesa.

Neste ponto analisam-se ainda os sentimentos, aspirações, problemas e interesses da juventude como factores de unidade, as correntes de atracção e preferência juvenis (abordando-se as questões relacionadas com o desporto, a música, as formas de convívio, os problemas ecológicos e do ambiente, a droga, o culto da violência).

Uma plataforma  
para a unidade  
da juventude portuguesa

O documento aprovado no Congresso da JCP apresenta a todos os jovens do nosso país



uma plataforma para a unidade, procurando atingir os seguintes objectivos: reforçar os laços de acção e cooperação entre os jovens, ajudando a ultrapassar barreiras, divisões e divergências; contribuir para a solução dos principais problemas e aspirações juvenis; fortalecer a contribuição da juventude para a luta do povo português, visando impor uma viragem democrática na política nacional e por fim à política de destruição do 25 de Abril.

Nessa plataforma para a unidade são apresentadas seis

acções empreendidas nesta frente, pela ex-UJC e pela ex-UEC (Encontro Nacional, Semana de Luta, manifestações de jovens, colóquios).

Na plataforma para a unidade, os jovens comunistas exigem da parte dos órgãos de poder a tomada de uma série de medidas (como a aplicação do decreto-lei que atribui subsídios de desemprego aos jovens que procuram o primeiro emprego com encargos familiares, a regulamentação dos contratos a prazo, a elaboração de um

estatuto do aprendiz, a revogação do decreto que liberaliza os despedimentos sem justa causa, a revogação do decreto que permite declarar empresas em situação económica difícil, a reestruturação do Serviço Nacional de Emprego, entre outras) que se inserem na exigência de uma nova política de emprego.

Também no que respeita ao ensino, os jovens comunistas denunciam a crise profunda, global e muito complexa que este sector atravessa. Os traços essenciais dessa crise são o facto de o sistema de ensino possuir acentuadas características de classe, de estar progressivamente mais divorciado e desajustado das novas realidades económicas e sociais do Portugal de Abril, de se acentuar a degradação da sua qualidade científica e pedagógica.

Para o ensino superior, os jovens comunistas exigem que seja adequado às necessidades económicas e sociais do país, exigem a democratização da Universidade e a adopção de justos métodos de avaliação de conhecimentos, entre outras medidas. No que respeita ao ensino secundário, aponta-se a defesa do projecto do ensino unificado, a garantia de uma efectiva formação profissional, a melhoria das condições de estudo e da qualidade do ensino,

além da adopção de métodos justos da avaliação, pela avaliação contínua, contra os exames nacionais. Quanto aos trabalhadores-estudantes, exige-se a institucionalização dos cursos nocturnos existentes, a revisão e adaptação dos programas e métodos pedagógicos, a abolição das faltas com carácter de exclusão, a criação do ensino à distância e a redinamização do projecto da Universidade Aberta. No que respeita ao Ano Propedéutico, exige-se a sua extinção.

As tradições de luta dos jovens em defesa do Portugal de Abril são, aliás, uma realidade — conforme salienta o documento — pela sua participação activa nas grandes acções de luta e de resistência do povo português e pela sua participação, na primeira linha de combate, nas heróicas lutas em defesa da Reforma Agrária. No entanto, as lutas em defesa da Constituição, do controlo operário de denúncia da submissão de Portugal ao imperialismo, de denúncia aos objectivos e consequências da adesão de Portugal à CEE, são por exemplo frentes para as quais os jovens têm de ser ganhos.

Substituindo o desemprego o problema maior da juventude portuguesa, particular atenção lhe é dada neste capítulo, na sequência, aliás, das várias

acções empreendidas nesta frente, pela ex-UJC e pela ex-UEC (Encontro Nacional, Semana de Luta, manifestações de jovens, colóquios).

Na plataforma para a unidade, os jovens comunistas exigem da parte dos órgãos de poder a tomada de uma série de medidas (como a aplicação do decreto-lei que atribui subsídios de desemprego aos jovens que procuram o primeiro emprego com encargos familiares, a regulamentação dos contratos a prazo, a elaboração de um

estatuto do aprendiz, a revogação do decreto que liberaliza os despedimentos sem justa causa, a revogação do decreto que permite declarar empresas em situação económica difícil, a reestruturação do Serviço Nacional de Emprego, entre outras) que se inserem na exigência de uma nova política de emprego.

Também no que respeita ao ensino, os jovens comunistas denunciam a crise profunda, global e muito complexa que este sector atravessa. Os traços essenciais dessa crise são o facto de o sistema de ensino possuir acentuadas características de classe, de estar progressivamente mais divorciado e desajustado das novas realidades económicas e sociais do Portugal de Abril, de se acentuar a degradação da sua qualidade científica e pedagógica.

Para o ensino superior, os jovens comunistas exigem que seja adequado às necessidades económicas e sociais do país, exigem a democratização da Universidade e a adopção de justos métodos de avaliação de conhecimentos, entre outras medidas. No que respeita ao ensino secundário, aponta-se a defesa do projecto do ensino unificado, a garantia de uma efectiva formação profissional, a melhoria das condições de estudo e da qualidade do ensino,

além da adopção de métodos justos da avaliação, pela avaliação contínua, contra os exames nacionais. Quanto aos trabalhadores-estudantes, exige-se a institucionalização dos cursos nocturnos existentes, a revisão e adaptação dos programas e métodos pedagógicos, a abolição das faltas com carácter de exclusão, a criação do ensino à distância e a redinamização do projecto da Universidade Aberta. No que respeita ao Ano Propedéutico, exige-se a sua extinção.

O movimento  
da juventude

Este capítulo analisa as principais componentes do movimento da juventude no nosso país, que considera encontrar-se em fase de formação e crescimento, embora possuindo já um carácter dinâmico, múltiplas formas de organização e actividade, e um cariz essencialmente democrático e progressista.

As principais componentes da juventude são as estruturas juvenis e unitárias que se desenvolvem nos sindicatos e nas empresas; as diferentes estruturas juvenis nos bairros e localidades em torno da ocupação dos tempos livres e do acesso à cultura e ao recreio; o movimento associativo dos trabalhadores-estudantes nas escolas nocturnas; o movimento associativo dos estudantes do ensino superior; o movimento associativo dos estudantes do ensino secundário; o movimento estudantil do ensino propedéutico; e movimentos sociais e correntes de opinião de natureza diversificada.

Afirma-se no documento-base aprovado no Congresso: O movimento da juventude, nas condições históricas portuguesas, é um movimento onde predominantemente se desenvolvem sentimentos e ideias democráticas e progressistas. O fascismo, apesar dos mecanismos e esforços que desencadeou, não o conseguiu ganhar para os seus objectivos. Depois do 25 de Abril tem dado um contributo importantíssimo aos grandes objectivos do movimento operário e popular, à defesa da liberdade, da democracia, das transformações económicas e sociais profundas no país.

JCP — vanguarda  
da juventude portuguesa

A última parte do documento-base do I Congresso da JCP fala precisamente da organização dos jovens comunistas portugueses, criada em 10 de Novembro do ano passado em resultado da unificação da UJC e da UEC.

Afirmam-se como vanguarda da juventude portuguesa que desde a sua criação tem vindo a contribuir para o reforço e o desenvolvimento da unidade e da acção do movimento da juventude, a JCP orienta a sua acção guiando-se pelos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário. E acentua-se ainda: A JCP, organização juvenil autónoma do PCP, prossegue as ricas e heróicas tradições revolucionárias de gerações de jovens comunistas, segundo o exemplo, a experiência, os ensinamentos da luta da vanguarda da classe operária, o PCP.



Imagens que são a imagem de um Congresso, mas que são também a imagem de uma juventude que, em nome de Abril, percorre já os caminhos do futuro



Aos trabalhos do Congresso, seguiu-se uma saudável jornada de convívio, que contou com a presença de milhares de jovens e com a participação, entre outros, do Grupo Trovante. Nesta jornada, foi o prolongamento do convívio que brotou da sala do Congresso para o ar livre, entre o som musical e a satisfação do trabalho cumprido

## Os Princípios Orgânicos da Juventude Comunista Portuguesa

I — JCP — Vanguarda Revolucionária da  
Juventude Portuguesa

1. A JCP — Juventude Comunista Portuguesa — é a organização de vanguarda da juventude portuguesa.
2. A JCP, organização juvenil autónoma do PCP, prossegue as heróicas tradições revolucionárias de gerações de jovens comunistas e o exemplo, a experiência, os ensinamentos da luta do PCP.
3. A JCP orienta a sua acção guiando-se pelos princípios do Marxismo-Leninismo e do internacionalismo proletário.
4. Na JCP, os jovens comunistas — operários, camponeses, empregados e estudantes — organizam-se para a luta da juventude em defesa dos seus direitos e interesses, em defesa e prosseguimento das conquistas de Abril e por um futuro mais justo e feliz — o socialismo e o comunismo.
5. Na JCP, os jovens comunistas participam na luta do Povo português, ao lado da classe operária e do Partido Comunista Português, formando-se no espírito de dedicação e fidelidade à classe operária, ao povo e ao País, e preparam-se para as tarefas que lhes caberão no Portugal do futuro que será, construído de acordo com a vontade do Povo português.
6. Os membros da JCP adquirem a consciência de comunistas, através do trabalho colectivo, da actividade criadora, do estudo e da luta organizada.
7. Na JCP, os jovens comunistas, tomam próximos e mais fortes, os laços de amizade, acção comum e solidariedade que unem os povos e as juventudes de todo o mundo na luta pela paz, a democracia, a independência nacional, o progresso social e o socialismo.

## II — Com a JCP na Luta Organizada

1. A JCP é uma organização aberta para as massas, profundamente ligada à juventude, onde o convívio, a fraternidade e a amizade se desenvolvem, tal como o espírito de participação, iniciativa e responsabilidade individual e colectiva.
2. Podem ser membros da JCP todos os jovens que se identifiquem com os seus objectivos de luta e acção, com os seus princípios orgânicos e que participem de uma ou de outra forma na sua actividade ou iniciativas.
3. Todos os membros da JCP são iguais em deveres e direitos.
4. O militante da JCP tem como dever:
  - a) — Participar no trabalho do seu organismo ou colectivo e na actividade ou iniciativas da JCP, contribuindo para o recrutamento, o reforço da organização e a aplicação da orientação adoptada.
  - b) — Reforçar a ligação da JCP com as massas, lutando pelos direitos e aspirações da juventude, sabendo ouvir as opiniões dos jovens e contribuindo para o reforço das estruturas unitárias do movimento juvenil.
  - c) — Prestigiar a JCP pelo seu exemplo.
  - d) — Procurar elevar o nível dos seus conhecimentos políticos e ideológicos. Os membros da JCP devem ter uma atitude positiva perante o trabalho e o estudo, para exercerem ou virem a exercer com competência as suas aptidões profissionais ao serviço do povo.
  - e) — Cumprir a disciplina da organização e actuar pelo seu cumprimento.
  - f) — Exercer e estimular a prática de crítica e autocritica.
  - g) — Contribuir para o financiamento da actividade da JCP.
5. O militante da JCP tem como direito:

- a) — Contribuir para a definição da orientação da JCP, intervindo na discussão travada dentro da organização.
  - b) — Criticar, dentro da organização, qualquer membro, colectivo ou organismo de direcção da JCP.
  - c) — Eleger e ser eleito para organismos de direcção da JCP.
  - d) — Ser ouvido sempre que a sua conduta seja objecto de resoluções e em caso de não estar de acordo com a resolução tomada apelar para a rediscussão nos organismos superiores da JCP.
6. Podem ser membros colectivos da JCP, grupos de jovens (grupos musicais, desportivos, culturais, recreativos) independentemente da inscrição individual dos seus membros.
  7. Cabe à Comissão Central ou organismo a que esta delegue a aceitação de filiações colectivas.
  8. Os membros colectivos da JCP intervêm na actividade da JCP através da sua própria acção específica.
  9. Os membros colectivos da JCP têm o direito de fazer-se apresentar em iniciativas da organização, através de elementos por si designados.
  10. As normas de funcionamento interno da JCP assentam nos princípios do centralismo democrático, que implica:
    - a) — A eleição dos organismos de direcção.
    - b) — A obrigatoriedade de prestação de contas de actividade dos organismos de direcção às organizações e a máxima atenção destes às opiniões e críticas.
    - c) — A aplicação colectiva das decisões tomadas pela maioria ou pelos organismos de direcção.
  11. Provisoriamente, ou em situação excepcional, pode ser utilizada a cooptação ou a designação total ou parcial de organismos de direcção.
  12. Na vida interna da JCP é valorizada a iniciativa individual e colectiva, na discussão franca, o respeito pelas opiniões e contributos, a fraternidade nas relações entre militantes,

condições fundamentais para a unidade e dinamismo dos colectivos.

## III — Órgãos de Direcção da JCP

1. O Congresso é o órgão máximo da JCP.
2. Compete ao Congresso:
  - a) — Definir em todos os aspectos a orientação da JCP.
  - b) — Aprovar os «Princípios Orgânicos» da JCP.
  - c) — Eleger a Comissão Central.
3. A Comissão Central dirige a JCP nos intervalos dos Congressos.
4. Compete à Comissão Central:
  - a) — Convocar o Congresso e determinar as normas de representação.
  - b) — Dirigir o trabalho político, ideológico e de organização da JCP, de acordo com a orientação definida no Congresso.
  - c) — Administrar os recursos financeiros.
  - d) — Assegurar relações internacionais da JCP.
5. A Comissão Central elege, de entre os seus membros efectivos, os organismos executivos que considere necessários e define as suas atribuições e normas de funcionamento.
6. A nível das organizações regionais e de sector, o Encontro ou Assembleia da Organização é o organismo superior. Os Encontros ou Assembleias elege o organismo de direcção e definem a orientação para a Organização Regional ou de Sector, de acordo com a orientação geral da JCP.
7. A Organização do Ensino Superior dispõe de órgãos de direcção próprios que têm, como atribuição, definir, dentro da orientação geral da JCP, a orientação para todos os aspectos

de trabalho no ensino superior, estando vinculados ao cumprimento das resoluções de natureza política, orgânica e de quadros da Comissão Central e seus organismos executivos.

8. A Conferência Nacional do Ensino Superior pode ser convocada pela Direcção Central do Ensino Superior, segundo resolução do Congresso ou da Comissão Central da JCP. Compete-lhe definir a orientação para o trabalho no Ensino Superior de acordo com a orientação geral da JCP e eleger a Direcção Central do Ensino Superior. A Direcção Central do Ensino Superior pode eleger os órgãos executivos que considere necessários.

## IV — Os Colectivos de Base da JCP

1. Os colectivos de base são o elemento mais forte de ligação da JCP com a juventude, competindo-lhes contribuir para a elaboração e aplicação da orientação mais ajustada ao seu sector assim como da linha política da JCP e promover a acção militante da organização e a luta e actuação de massas.
2. Os colectivos organizam-se nas empresas e UCPS, nas escolas e locais de residência, podendo-se organizar colectivos para frentes mais específicas de trabalho.
3. Os colectivos são orientados pelos organismos de direcção e as suas decisões tomadas em assembleia ou plenário que pode eleger um secretariado.
4. Nas reuniões dos colectivos podem participar jovens que não estão inscritos na JCP, ainda que sem direito a voto.

## V — A Disciplina da JCP

1. A disciplina dos comunistas assenta na consciência individual e colectiva das necessidades da acção organizada. A disciplina é exigida igualmente a todos os militantes da JCP.
2. Conforme a gravidade da falta cometida e a responsabilidade do militante da JCP, podem ser aplicadas as seguintes sanções disciplinares: a repreensão; o afastamento temporário da actividade; a demissão do organismo de direcção; e a expulsão da organização. As sanções só podem ser aplicadas pelo organismo de direcção. A repreensão e a demissão do organismo de direcção e o afastamento temporário da actividade são decididas pelo organismo de direcção imediatamente superior. A expulsão só pode ser decidida pela Comissão Central ou pelo organismo em que este alegue.
3. Até apuramento da falta cometida por um militante ou até à decisão do organismo responsável, o militante pode ser suspenso da actividade, pelo organismo a que pertence, sendo obrigatória a informação ao organismo de direcção imediatamente superior.

## VI — Fundos da JCP

1. Os fundos da JCP provêm das quotas dos seus militantes, das iniciativas e vendas de materiais e de ofertas de militantes amigos.
2. A administração dos fundos compete à Comissão Central, que tem poderes para responsabilizar desta função outro organismo.



# Três mil delegados no Encontro da APU no Porto

«Derrotar, a reacção, consolidar, e reforçar a votação na APU e aumentar o número de deputados do Povo Unido pelo círculo eleitoral do Porto», foram os objectivos definidos pelo Encontro de Comissões Eleitorais da APU do distrito do Porto, realizado na parte de sábado, no Palácio de Cristal, com a participação de cerca de três mil delegados do PCP, do MDP/CDE e Independentes, provenientes da esmagadora maioria das freguesias do distrito.

No documento final da reunião estão sintetizados os principais temas, problemas e soluções abordadas nas cerca de 30 intervenções e realça-se que «aqueles objectivos correspondem aos interesses de toda a população laboriosa do distrito» e que «a candidatura da APU traduz uma unidade e a cooperação das forças democráticas mais consequentes e constitui um poderoso estímulo a uma mais ampla unidade dos democratas contra a reacção, trazendo à participação cada vez mais democratas com ou sem filiação partidária».

O camarada Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, enunciou os trabalhos com uma breve análise da situação política sublinhando a importância de algumas das comunicações apresentadas, designadamente da que foi feita por um eleito do Povo Unido para a AF de Sobolido, Penafiel, a única do distrito onde a APU é maioritária e mostra o seu profundo carácter democrático. «Final, os totalitários da APU ouvem o povo e dizem: agora, que estamos juntos vamos fazer aquilo que decidimos».

## Mostras de cinco meses de trabalho

Escusado será falar da importância da divulgação da actividade desenvolvida pelos

Classificando de «significativa a experiência colhida e assinalável a actividade desenvolvida pelos eleitos da APU, no concelho de Matosinhos», Valdemar Madureira, vereador da Câmara Municipal, deu bastantes exemplos do que tem sido o trabalho realizado, nos primeiros cinco meses do mandato. Num deles, acerca de uma visita a Custóias, ficou a saber-se que a JF local, PS, de acordo com a «AD», «mandou limpar toda a zona, embora não tivesse tempo de recolher os montes de lixo, resultantes da operação relâmpago de limpeza».

A propósito, a população comentou: «se por mais não fosse, a visita da APU já surtia efeitos». Se na Câmara do Porto, de maioria «AD», como denunciou Oliveira Dias, vereador, a «situação é um exemplo acabado da confusão que reina nas hostes da «AD», que diz o que se passa noutro concelho do distrito, Marco de Canavezes, onde a reacção detém a maioria na edilidade, na AM e na maioria das Juntas e Assembleias de Freguesia?»

A resposta deu-a Isabel Pinto, cabeça de lista da APU nas eleições autárquicas: «reina a prepotência e um autoritarismo doentio de uma maioria incapaz de respeitar as mais elementares regras da democracia ou sequer do bom senso. O pessoal da Câmara admitiu por critérios de favores e compadrios. Os eventuais estão constantemente sob a ameaça de despedimento. A Câmara adquire o mais variado tipo de máquinas e material nas condições menos claras que é possível imaginar».

«Existem hoje condições para levar milhares e milhares de trabalhadores, de pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, que votaram «AD» a votarem APU», realça a declaração aprovada no termo dos trabalhos pelos cerca de três mil participantes na Assembleia. «Desde a entrada em funções do Governo da Aliança dita democrática, os trabalhadores têm sido alvo de uma feroz ofensiva contra os seus interesses e direitos».

Assim, começou Vitor Ranita, dirigente sindical dos metalúrgicos, a sua intervenção, acentuando a crescente degradação das condições de vida e de trabalho dos portugueses. «Nas empresas», denunciou, «aumenta a repressão tendo-se verificado 19 processos disciplinares instaurados a trabalhadores da fábrica de Malhas Ameal, da EFL, da Facar, da Sepsa, da Fiateco e da Jotocar, 16 suspensões na Fiateco e na Jotocar, restrições à actividade sindical na Abel Alves de Figueiredo, na Valfar, na Utic e na J. Gonçalves».

Maria do Céu Costa Leite, a dado passo da sua intervenção, denunciou o vasto plano demagógico, desencadeado pelo Governo Sá Carneiro, «anunciando algumas medidas que estão longe de corresponderem às reivindicações justíssimas das mulheres e do nosso povo».

«A determinação que anima os compartidos dos baldios falou um segundo-se um almoço e uma tarde de convívio. São objectivos principais deste encontro proceder à análise da intervenção da APU nos órgãos autárquicos das freguesias urbanas do concelho, à troca de informações e experiências».

O encontro é aberto a todos os integrantes das listas que sob a sigla da APU concorreram às eleições autárquicas nas seguintes freguesias: Alameda, S. Bartolomeu, Santa Clara, Santa Cruz, Sto. António dos Olivais e Sé Nova.

Estão convidados os eleitos pela APU na Câmara e Assembleia Municipal de Coimbra, bem como a Comissão Coordenadora da Aliança Povo Unido.

O já elevado número de inscrições é garantia de que constituirá um importante passo para o reforço da APU na defesa dos interesses dos moradores da cidade, na sua contribuição para a resolução dos graves problemas existentes.



democrata de Amarante, que denunciou a tentativa do Governo «AD» de os retirar das mãos dos povos, representados nos Conselhos Directivos, para os entregar às autarquias. Como denunciou um agricultor de Santo Tirso, José Manuel Lopes, «os interesses dos agricultores e da agricultura exigem que, nas próximas eleições, a reacção seja derrotada e que aumente, na AR, o número de deputados da APU».

«Num distrito que produz quase 80 mil toneladas de milho (o maior produtor nacional), 140 mil toneladas de batata, 50 milhões de litros de leite, 160 mil pipas de vinho, 30 mil toneladas de carne, além de muitos milhares de toneladas de fruta, produtos hortícolas e florestais é tempo de se dar mais atenção e apoio a quem cria riqueza, em condições de trabalho tão duras e mal compensadas», declarou José Manuel Lopes.

Como recordou António Mota, membro do CC e da DORP do PCP, «a candidatura da APU para as eleições intercalares surgiu identificada com os problemas e aspirações populares. Os deputados do PCP, realçou, têm actuado de forma a que essa identificação seja cada vez maior. (...) É necessário continuar a luta em defesa das populações e é necessário aumentarmos o número de deputados do distrito».

## Em Setúbal

Perto de 200 eleitos da APU das autarquias do distrito de Setúbal, estiveram presentes no Encontro realizado, em Sesimbra, no passado domingo.

A política reacção da APU para a Assembleia da República, as associações de municípios, os problemas da construção clandestina, de descentralização de competências para as freguesias, foram, entre outras, questões amplamente debatidas. Sobressaiu em todas as intervenções a necessidade de uma maior coordenação entre as autarquias para o estudo e resolução de problemas que são comuns aos vários concelhos.

No que respeita à política do Governo da Aliança reacçãoária foi focada mais uma vez a necessidade de as autarquias denunciarem amplamente a ofensiva deste Governo contra o Poder Local, nomeadamente pela não aplicação integral da Lei de Finanças Locais (em que o Governo subtrai às autarquias do distrito perto de novecentos mil contos) e outras medidas e actuações que lesam profundamente os interesses das populações.

Assistência, a sessão encerrou com uma pequena parte cultural animada pelo conhecido grupo coral «Cordas e Cantares de Coimbra».

A camarada Alda Nogueira, membro do Comité Central do PCP e deputada comunista, participou, na passada sexta-feira, numa sessão realizada na Sala da Associação Comercial da Póvoa do Varzim. Um vivo interesse foi demonstrado pela assistência — a sala estava cheia — em relação aos problemas levantados sobre a situação política actual, que era o tema da sessão.

Referindo-se nomeadamente à nova Lei Eleitoral que a AD pretende fazer aprovar, Vitor Dias demonstrou que tal lei permitiria não só que os votos dos emigrantes valessem mais, em termos de eleição de deputados, mas também o acréscimo de cinco deputados pela Emigração, o que roubaria outros tantos às forças democráticas, APU e PS, pelos círculos dos residentes em Portugal. Também a criação do círculo eleitoral de Macau, elegendo um deputado com nove mil eleitores, seria «escandalosa» dado que, em Portugal, são necessários 24 mil votos para eleger um deputado.

«Mais do que realizar uma política de direita», frisou Vitor Dias, «a AD considera o Governo como uma base para conspirar e ganhar as próximas eleições a todo o custo».

O pavilhão do «AVANTE!», em que estava patente uma exposição

# O MAP face ao poder judicial

## Que desafio é este?

Nos termos do artigo 210.º, n.º 1, da Constituição da República, as decisões dos tribunais são obrigatórias para todas as entidades públicas e privadas e prevalecem sobre as de qualquer outra autoridade.

Ignorando totalmente, desprezando e desafiando as decisões dos tribunais, o MAP do senhor Goulão do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amarel insinua em Supremo Tribunal Administrativo, que ordenam a suspensão da executividade do despacho de concessão, e em prender trabalhadores absolvidos por tribunais de diversas comarcas.

A primeira actuação — violação de acordãos — não é recente. Para falar nos casos mais escandalosos, basta citar a Cooperativa «1.º de Malo» de Avis (Herdade do Painho); a UCP «Resistência», Ponte de Sor (Herdade da Várzea); a UCP Galeana (Herdade da Galeana); a Cooperativa «Futuro Trabalhadores» (Herdade da Abegaria). A segunda actuação, que se vem intensificando nas últimas semanas, assume o carácter de desafio frontal ao Poder Judicial, em termos de conflito aberto entre o MAP e os tribunais.

Este o único modo de interpretar o facto de os trabalhadores da «1.º de Malo» da Gâmbia terem sido de novo presos, apresentando-se amanhã, sexta-feira, de novo em tribunal.

Esta a única conclusão a tirar do facto de ontem, terem ido de novo a julgamento trabalhadores da UCP «Evaristo Gago», de Grândola, presos pela oitava vez. Os «crimes» que levaram à prisão estes trabalhadores, tanto no caso da «1.º de Malo» como no da «Evaristo Gago», são mais uma vez os trabalhos que eles persistem em efectuar nas terras das Cooperativas, quando «judicialmente foi declarado não integrar a sua conduta qualquer ilícito criminal, muito menos crime de desobediência». Quanto, afinal, mesmo que não estivesse em causa a legalidade das reservas — e está, tanto mais que no caso da «1.º de Malo» da Gâmbia existe um acordão do STA suspendendo a reserva ao senhor engenheiro Francisco Borba, ex-secretário de Estado no governo Mota Pinto —, a Lei 77/77, de 29 de Setembro, no n.º 2 do artigo 36.º estabelece que «a empresa agrícola explorante (a UCP/Cooperativa), afectada pela demarcação da reserva em parte importante da área que a tiver em exploração, tem (...) direito a uma indemnização correspondente ao valor das benéficas úteis ou necessárias que haja realizado na área da reserva assim como aos frutos pendentes resultantes da exploração extinta».

Desobediência e abuso de autoridade

O caso da UCP «1.º de Malo» da Gâmbia é exemplar. Os trabalhadores foram presos e levados a tribunal no passado dia 21, por andarem a trabalhar terras de arroz, que o MAP insiste em entregar ao engenheiro Francisco Borba, secretário de Estado da Estruturação Agrária do governo Mota Pinto. Chamado a testemunhar Fidalgo Fernandes, director dos Serviços de Gestão Fundiária de Setúbal, resultou da seu depoimento «que o mesmo, bem como o seu superior hierárquico, um tal engenheiro Goulão, tinham conhecimento que o primitivo despacho da autoridade administrativa (isto é, do MAP) sobre a questão da demarcação de reserva a favor de Francisco Borba, havia sido suspenso por acordão do STA».

Daqui, o advogado de defesa, concluindo que resulta «inequívoco do depoimento da testemunha que existem fortes indícios de prática de crime de desobediência», requereu que fosse aberta vista do processo ao Ministério Público para eventual procedimento criminal contra a testemunha Fidalgo Fernandes e contra João Goulão, secretário de Estado da Estruturação Agrária.

Neste primeiro julgamento foram também ouvidos quatro praças da GNR que salientaram a extrema correcção de todos os trabalhadores da UCP, quer durante a entrega da reserva, quer durante o período em que estiveram presos.

O delegado do Ministério Público salientou que mesmo tendo como legal a entrega da reserva, mesmo abstratamente da decisão do STA que determina a suspensão do acto de entrega, seria necessário definir qual a área da herdade onde não é legítima a presença de elementos da UCP «1.º de Malo». Ora, «não havendo tal definição, temos que, em princípio, considerar legítima a presença dos réus na terra que compõe a herdade e como tal substancialmente legítima a ordem contida nos autos de notificação feita por elementos da GNR».

Não obstante ter o tribunal mandado os trabalhadores em paz, no dia seguinte a GNR procedeu a novas prisões, pelo que o juiz mandou «abrir vista do processo ao Ministério Público para eventual procedimento criminal contra a GNR por abuso de autoridade». No dia 26, de novo, a GNR prende os trabalhadores quando estes tratavam das suas culturas numa área concedida como reserva pelo MAP, que o fez legalmente e violando um acordão do STA. São estes os trabalhadores cujo julgamento decorrerá amanhã em Setúbal e no qual serão chamados a testemunhar o capitão Costa Pereira, comandante distrital da GNR, e novamente o director dos Serviços de Gestão Fundiária de Setúbal.

Entretanto, uma outra importante decisão dos tribunais visa repor alguma legalidade na actuação desenfreada do MAP. É assim que, a propósito da suspensão da entrega de uma reserva na UCP «Sesmaria» e «Vale da Balsa» em Canha, já consumada a favor do agrário e ex-dirigente fascista, Francisco Emano Alves, suspensão ordenada por acordão do STA — Supremo Tribunal Administrativo, este órgão de soberania considera que se for requerido na petição do recurso (apresentada pelas UCPs), a suspensão da executividade do acto impugnado, o MAP não pode proceder à execução do acto (entrega da reserva) antes do tribunal decidir sobre a suspensão. Com esta decisão fica o MAP obrigado a retirar as terras ao reservatório entregando-as aos trabalhadores da UCP «Sesmaria» e «Vale da Balsa». Mas não só: noutros casos semelhantes em que as UCPs impugnem as atribuições de reservas, interpondo recurso ao STA, estas não podem ser executadas sem que o tribunal se pronuncie. A questão que se põe mais uma vez é a de saber até onde vai o desespero e loucura dos actuais senhores do MAP e do Governo Sá Carneiro. Continuarão a violar sistemática e escandalosamente os princípios de imparcialidade e da justiça?

## Em Leiria e Coimbra

Com o objectivo de fazer o balanço da situação política no distrito e de mobilizar os trabalhadores e democratas para as batalhas eleitorais que se avizinha, a Aliança Povo Unido vai promover no próximo domingo, a partir das 10 horas, na Sede do Sport Império Marinhense, no Engenho-Marinha Grande, um grande Encontro Distrital.

Esta iniciativa que culmina um amplo trabalho preparatório envolveu a realização de múltiplos Encontros e Reuniões da APU nos diversos concelhos do distrito e vai fazer um primeiro balanço da situação das Comissões Eleitorais APU no distrito de Leiria, para além do levantamento e caracterização da situação social, política e eleitoral no Distrito de Leiria.

O Encontro no qual participaram os militantes do PCP e do MDP/CDE e muitos democratas independentes que já vinham participando nas estruturas da APU, é igualmente aberto

à participação de todos os democratas que, embora anteriormente não estivessem ligados à APU, pretendam e desejem assistir, estando muitos dispostos a receber cartas convocatórias que expressamente os convidam para o referido Encontro.

A Comissão Promotora do Encontro refere ainda ter como objectivo o reforço das estruturas da APU e a multiplicação nos concelhos, freguesias, lugares e empresas, de Comissões Eleitorais APU e o alargamento da unidade dos democratas de todas as tendências em torno da Aliança Povo Unido.

No referido Encontro participará o camarada Joaquim Gomes, deputado eleito pela APU no distrito de Leiria e membro da Comissão Política do CC do PCP. Também no domingo se vai realizar o 1.º Encontro dos candidatos da APU da cidade de Coimbra, às 10 e 30, no Ateneu,

# Agenda

**Dia 29, Quinta-feira**  
Oeiras, das 17 e 30 às 20 horas, banca e mini-comício na Estação. ● Paço de Arcos, das 17 e 30 às 20 horas, banca e mini-comício na Estação. ● Algueirão, das 17 e 30 às 20 horas, banca e mini-comício na Estação. ● Tercena, das 17 e 30 às 20 horas, banca e mini-comício na Estação. ● Tolosa, sessão com a participação do camarada Basso, da DORA, seguida de Canto Livre.

**Dia 30, Sexta-feira**  
Gáfete, às 21 horas, sessão. ● Castelo de Vide, sessão com a participação do camarada Jorge Matos, do CC do PCP. ● Lisboa, no mercado do Povo, às 21 e 30, «Grande noite de facto». Intervenção pelo camarada Dias Lourenço, da Comissão Política do PCP. ● Oeiras, das 17 às 19 horas, visita à Fundação Pinheiro do PCP. Banca e mini-comício na Estação com Hélder Pinheiro, vereadores e membros das Assembleias Municipal e Freguesia. ● Oeiras, às 21 e 30, sessão de esclarecimento nos Bombeiros Voluntários. ● Bonavente, às 21 e 30, no cinema, sessão com Sérgio Vilarigues.

**Dia 31, Sábado**  
Palás (Parrainha) às 18 horas, actuação do grupo «Praça Pública» seguida do sessão de esclarecimento com o camarada António Tremoço, da Comissão Concelhia da Amadora. ● Lisboa, Freguesia de Alcântara (Alto de St.º Amaro), comício com o camarada Silva Graça e grande Festa Popular: tarde infantil, fados e baile com o conjunto «Os Vermelhos». ● Monforte, sessão de esclarecimento. ● Alameda, das 16 às 20 horas, jornada de trabalho voluntário dos Cabelleiros Unitários, no Centro de Trabalho do Laranjeiro. ● Camaxide, nas localidades de Linda-a-Velha e Cruz Quebrada, das 10 às 17 horas, visita e sessão com o deputado José Ernesto Oliveira e eleitos municipais. ● Tercena, jornada de trabalho, para reparação de dois parques infantis, com a colaboração dos vereadores, membros da Assembleia Municipal, Freguesia e Comissão de Moradores. ● Odemira, às 16 horas, sessão em frente da Casa do Povo. ● Vila Franca de Xira, nos Bombeiros, às 21 e 30, comício com Dias Lourenço. ● Salvaterra, às 21 e 30, sessão com Sérgio Vilarigues.

**Dia 1, Domingo**  
Vale de Apor, às 17 horas, sessão. ● Galveias, às 21 horas, sessão. Paço de Arcos, das 9 às 16 horas, visita aos bairros degradados, por eleitos da Freguesia; Assembleia Municipal e vereadores. ● Camaxide, das 10 às 13 horas, visita e mini-comício, no Bairro da Pedreira dos Húngaros, com vereadores, membros da Assembleia Municipal e de Freguesia. ● Couço, às 16h, comício com S. Vilarigues, que às 21 e 30 estará numa sessão na Chamusca.

**Dia 2, Segunda-feira**  
Lisboa, Teatro Vasco Santana, às 18 horas, Plenário do sector de Transportes da ORL para eleição de delegados à Conferência Nacional do PCP. Intervenção do camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Com. Pol. do CC.

## Camaradas falecidos

FERNANDO MANUEL NUNES PEREIRA — Apenas com 20 anos de idade, faleceu recentemente o camarada Fernando Manuel Nunes Pereira, membro da Juventude Comunista Portuguesa, monitor dos Pioneiros de Alvalade-Sado. Centenas de camaradas e amigos incorporaram-se no seu funeral. JOSÉ DOMINGOS ESPE-

## Por todo o País sessões e comícios

A medida em que se aproximam as eleições legislativas regista-se um aumento da actividade das organizações do PCP, promovendo comícios, sessões de esclarecimento, festas e convívios, iniciativas estas que visam não só esclarecer as populações sobre a política antidemocrática do governo «AD», mas também apontar soluções e criar condições para a vitória das forças democráticas portuguesas, em que o reforço da Aliança Povo Unido é tarefa determinante.

Carlos Brito na Damala  
Fracassou, em face do não do CR, a terceira tentativa do Governo para fazer passar a lei com que quer entregar a banca, os seguros e outros sectores básicos nacionalizados ao grande capital — afirmou, na Damala, na sexta-feira passada, o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC e presidente do grupo parlamentar comunista que ali participou num comício a que assistiram mais de um milhar de pessoas.

O dirigente comunista salientou a sucessão de desaires que o Governo da AD tem sofrido nos últimos dias.

Fracassou — lembrou ainda o camarada — a tentativa do Governo de fazer promulgar à pressa, e na ausência do Presidente da República, general Ramalho Eanes, a lei-burra do recenseamento.

Fracassaram as pressões e as chantagens do Governo sobre o Comité Olímpico Português com vista a arrancar-lhe uma decisão que contrariasse a ida dos atletas portugueses aos Jogos Olímpicos de Moscovo.

Fracassou logo no início a grande viagem propagandística pelos países do Mercado Comum, com a qual Sá Carneiro e Freitas do Amarel queriam compensar a questão de prestígio interno exibindo um apoio externo que realmente não apareceu, como agora se vê.

Carlos Brito sublinhou depois que várias têm sido as sentenças de tribunais, nos últimos dias, reconhecendo a legalidade do procedimento dos trabalhadores da Reforma Agrária no esforço de recuperação de terras arrendadas ilegalmente pelo MAP às UCP's e entregues aos agrários. Isto traduz — afirmou — grandes vitórias da Reforma Agrária e dos seus heróicos obreiros.

## Convívio de alentejanos no Montijo

Mais do que um «Convívio Alentejano» foi uma jornada de luta em defesa da Reforma Agrária, em defesa dos postos de trabalho, em defesa das benéficas transformações que esta importante conquista da Revolução trouxe.

Iniciativa de um grupo de alentejanos residentes no Montijo, em colaboração com a Comissão Concelhia do PCP daquela vila, foi motivo de reunião para alguns milhares de pessoas da região, no Pinal Santos Fernandes, próximo apeadeiro de Sarninhos, no passado dia 18.

Produtos da Reforma Agrária (cabrito, batatas, ervilhas, hortaliça, laranjas, feijão, frango, chourços, queijo e vinho) foram vendidos a preços convidativos.

## A agricultura da Madeira perante a CEE

Por iniciativa da Revista de Economia, o técnico Carlos Amaro deslocou-se à Madeira, para participar num debate sobre as consequências da eventual adesão à CEE para a economia daquela região do nosso país, nomeadamente no que se relaciona com a cultura das bananas e do vinho.

Carlos Amaro denunciou a situação existente na agricultura madeirense e os efeitos trágicos para os pequenos e médios agricultores, que são a esmagadora maioria, se se chegasse a verificar a integração de Portugal na CEE. O debate contou com uma participação interessada e viva dos presentes, constituindo assim uma importante ocasião para esclarecimento de problemas fundamentais da Madeira no plano económico e social.

VISITE O STAND DO AVANTE! na FEIRA POPULAR de Lisboa

Montágua, do distrito de Viseu, foi local, de uma sessão de esclarecimento no sábado passado e na qual participou o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP. Presidiu à sessão o camarada Friaço, membro da DOREL.

Após o debate que se seguiu, motivado pelas questões postas por muitos elementos da

# A Checoslováquia 35 anos depois da vitória

## A cultura e a arte ao serviço do povo

● O usufruto e a participação na cultura são amplamente incentivados pelo Estado.

O leitor sabia que a Checoslováquia possui a mais vasta rede de teatros do mundo? Pois é verdade! O desenvolvimento cultural e artístico a todos os níveis é um dos aspectos mais salientes da Checoslováquia de hoje, cuja situação geográfica lhe permitiu ao longo dos séculos beneficiar de um estreito e diversificado contacto com o resto da Europa. Mas a riqueza do património cultural não seria suficiente se não fosse a política prosseguida nas últimas décadas pelo Estado socialista, não só no sentido da preservação e divulgação desse património, mas também no apoio e incentivo ao desenvolvimento de todas as potencialidades criadoras do povo.

De um pouco de tudo isto falou ao «Avante!» Miroslav Kaizir, director do Departamento de Arte do Ministério da Cultura, no decorrer de um encontro no seu gabinete de trabalho, num belo palácio aristocrata perto do centro de Praga hoje transformado em edifício público.



**Miroslav Kaizir:** Para dar em breves palavras um panorama da situação da arte e da cultura no nosso país, poderei começar por indicar alguns números significativos. Quanto à literatura, 56 editoras publicam por ano entre 6 a 7 mil títulos com uma tiragem global entre 60 a 70 milhões de exemplares, sendo mais de 400 títulos dedicados às crianças.

Temos 84 teatros e mais de cem companhias em actividade permanente, com uma média total por ano de mais de 22 mil representações; só em 1976 houve 594 estreias, incluindo 64 óperas. Os estúdios cinematográficos produzem por ano mais de 50 longas metragens e de 1.600 outros filmes, sendo exibidos também por ano, nos mais de 2.300 cinemas do país, cerca de 140 filmes estrangeiros, com utilização da dobragem. Cerca de seis mil pintores desenvolvem um trabalho regular, incluindo um grande número de jovens entregues a novas experiências, se bem que o realismo socialista permaneça como predominante. Quanto à música, só as orquestras do Estado dão por ano cerca de 2.700 concertos de música séria para quase dois milhões de auditores.

(Depreende-se dos números que registámos: na Checoslováquia a cultura, nas suas expressões concretas, é entendida não como um negócio ou como um mero divertimento mais ou menos gratuito, mas sim, à semelhança dos outros países socialistas, como um factor indispensável na formação do homem novo e na construção da sociedade do futuro.)

O objectivo é tomar a cultura propriedade de todos os cidadãos: o desenvolvimento do conhecimento e o enriquecimento cultural influem nas capacidades criadoras do homem e ajudam decisivamente a definir o seu perfil moral, a sua personalidade, a sua integração social. A cultura, no sentido mais amplo, é um elemento que contribui poderosamente para o aprofundamento das relações sociais socialistas: cultura e socialismo vão a par, identificam-se, não há uma sem o outro.)

**Miroslav Kaizir:** O usufruto e a participação na cultura são amplamente incentivados pelo Estado. Por exemplo, no que se refere ao teatro, cobrimos cerca de dois terços das despesas totais, sendo apenas o restante pago pelas receitas da bilheteira — as entradas são muito baratas. Em relação à música e outras formas artísticas a situação é semelhante.

Mas há outro aspecto importante, que é o apoio aos amadores e jovens artistas, traduzido em diversas modalidades. A principal é a possibilidade que eles têm, durante seis meses, um ano ou mesmo mais, de serem dispensados do seu emprego pagando o Estado o respectivo salário, de modo a poderem-se dedicar exclusivamente ao trabalho artístico. Há mesmo residências especiais, em lugares recatados, onde os escritores, músicos ou pintores podem, por preços mínimos, elaborar em sossego as suas obras.

E depois, claro, há ainda uma série muito grande de outros incentivos apoios — prémios, concursos, festivais, exposições — devido à iniciativa de diversas entidades, desde os comités de

Por FERNANDO CORREIA  
nosso enviado especial

empresa e de bairro até aos sindicatos, passando pelas instituições propriamente culturais.

(A concepção do homem como mero «consumidor» de cultura atira-o o verdadeiro sentido da necessária relação recíproca entre ambos. O enriquecimento cultural do cidadão só ganha a sua autêntica e última dimensão quando ele próprio, através da sua prática, participa na criação dos valores culturais e a cultura se transforma em elemento natural da sua vida quotidiana.)

**Miroslav Kaizir:** Desenvolvemos relações culturais muito intensas com o estrangeiro, mesmo para além dos outros países socialistas, com os quais levamos à prática uma grande série de acordos neste domínio, numa cooperação permanente. Em 1977 perto de 30 mil artistas checoslovacos, nomeadamente actores, músicos e dançarinos estiveram no estrangeiro, tendo-nos visitado cerca de 16 mil. Praticamente todas as grandes orquestras, grupos de teatro e filmes de além-fronteiras já estiveram entre nós. Já falei do cinema, mas quanto à literatura posso dizer que no ano passado editámos traduções de 45

autores franceses, 33 norte-americanos e 22 ingleses. Aliás, a inversa também é verdadeira, pois o idioma chego ocupa, segundo estatísticas da UNESCO, o oitavo lugar no mundo entre as línguas traduzidas para outras.

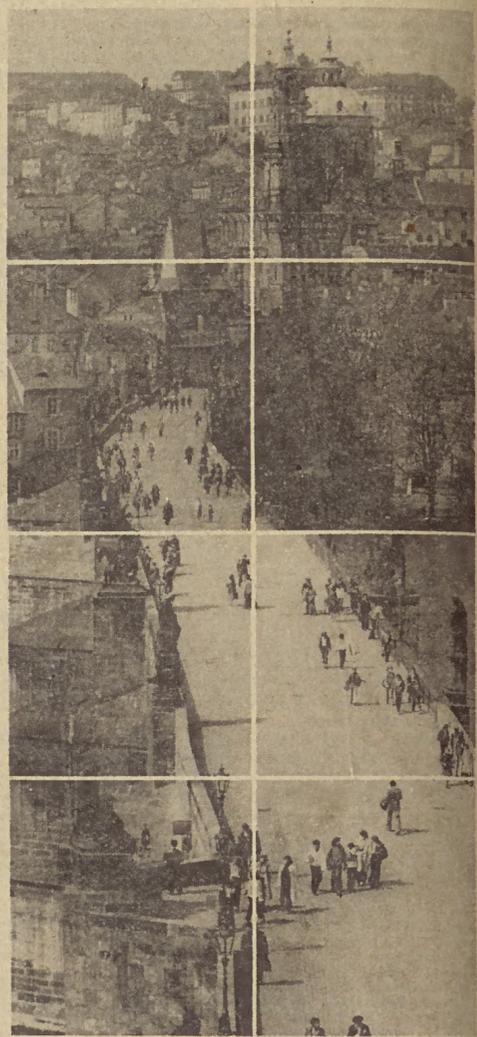
(Um dos temas preferidos pela propaganda anticomunista é o pretenso atraso e isolamento cultural em que se encontrariam os países socialistas. Tal isolamento só existe nos desejos absurdos e insensatos de certos políticos reaccionários. A mentira dos países socialistas enquanto «sociedades fechadas sobre si próprias» encontra pela frente não só o desejo permanentemente expresso, por exemplo, pelos meus interlocutores checoslovacos, de incentivar as relações com o ocidente, mas também a realidade palpável de um intercâmbio cultural com o estrangeiro de que infelizmente nós, portugueses, não nos podemos orgulhar.)

Sobre uma falsa cultura checoslovaca «fechada sobre si própria» as palavras de Miroslav Kaizir são elucidativas... Acrescente-se que, se falamos de intercâmbio turístico, a realidade é clara: todos os anos, um em cada dois checoslovacos passa parte ou a totalidade das suas férias fora do país, enquanto por exemplo em 1979 visitaram a Checoslováquia 18 milhões de estrangeiros. Entre estes, dominam naturalmente os dos países fronteiriços — RDA, Polónia, Hungria, RFA, Austria e URSS. Mas não só. Podemos constatar a frequência com que em Praga, junto aos monumentos, nos teatros ou nos átrios dos hotéis se ouve falar o francês e o inglês.)

**Miroslav Kaizir:** A riqueza artística do país, com as suas muitas dezenas de milhar de monumentos oficialmente registados e no último ano visitados por cerca de sete milhões de pessoas, merece-nos um grande cuidado, nomeadamente para a sua preservação e divulgação. Nos casos em que as visitas são pagas os preços são quase simbólicos, visto considerarmos a arte um património de todos. Uma tal riqueza artística está integrada, naturalmente, nos circuitos turísticos, mas também posta ao serviço da educação dos jovens e do desenvolvimento cultural do povo.

(Praga é um museu vivo. Dizem-me que turistas de várias nacionalidades, extasiados perante a riqueza arquitectónica desta cidade milenária, a têm considerado a mais bela do mundo — e a razão deve estar com eles. Nas duas margens do rio Vltava, atravessado pela célebre ponte Carlos (1357) e outras catorze, a mais recente concluída há dois anos, é um passado glorioso e lendário que surge a cada esquina, ciosamente protegido, formando um centro histórico em que os estilos românico, gótico, renascentista, barroco, clássico e moderno se harmonizam num conjunto de impressionante monumentalidade, realmente sem paralelo. Passear por todas as ruas, admirar todas as casas e as centenas de igrejas e de torres seria sem dúvida percorrer um itinerário fascinante — o que só seria possível, porém, ao longo de muitos meses...)

Novos bairros e moderníssimas construções rodeiam o centro histórico, num rápido ritmo de crescimento, fazendo desta cidade, que se aproxima dos dois milhões de habitantes, um símbolo da cultura e da realidade socialista: a memória do passado que é memorável, a edificação do futuro audaciosamente sonhado no presente.)



A milenária ponte Carlos sobre o rio Vltava, em Praga

## Desporto de massas

Numa colina de Praga, dominando grande parte da cidade, ergue-se o estádio Strahov, o maior estádio do mundo: lugares para 240 mil espectadores, um campo onde podem actuar simultaneamente 40 mil ginastas. É aqui que de cinco em cinco anos se realizam as célebres Espartaquiadas.

As Espartaquiadas são o grande acontecimento desportivo do país, envolvendo na sua preparação e fase final a participação de centenas de milhares de atletas, nomeadamente na sua faceta mais espectacular — os exercícios de belo recorte estético

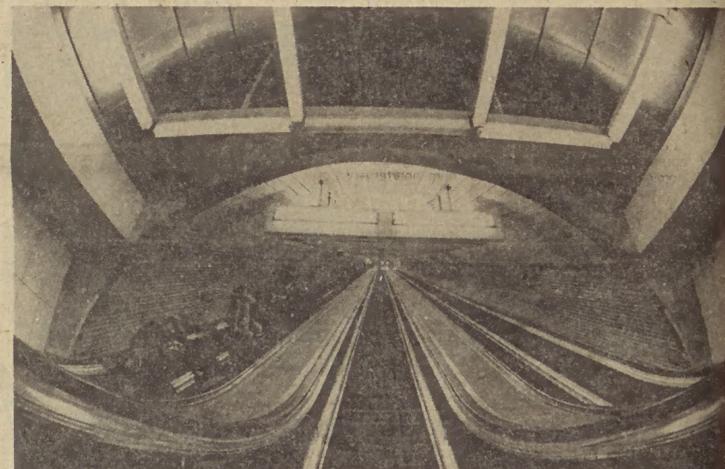
executados por grandes massas de ginastas.

Mas a realidade desportiva da Checoslováquia tem as suas raízes bem mais fundas e é o resultado natural da grande atenção dedicada pelo Estado a esta forma de cultura e educação e formação dos homens. Desde logo, no que se refere às imprescindíveis infra-estruturas: 6774 campos de futebol, 7503 ginásios, quase um milhão de piscinas, 109 das quais cobertas, 1324 estádios de atletismo, 127 estádios de inverno, etc., etc.

O desporto e os exercícios físicos são um direito para todos, envolvendo a participação, através das suas diversas

formas, de cerca de 65% da população. As modalidades mais praticadas, em termos organizados, são o futebol (490 mil praticantes e 5793 clubes), a educação física de base (440 mil praticantes e 4043 clubes) e o hóquei sobre gelo (65 mil praticantes e 974 clubes).

Partindo de tais condições não é de estranhar que os desportistas checoslovacos tenham nos últimos anos alcançado grande renome internacional, traduzido por exemplo na obtenção nas Olimpíadas de Verão e Inverno realizadas desde 1948 de 34 medalhas de ouro, 36 de prata e 27 de bronze.



Escada-rolante que dá acesso a uma estação do metropolitano de Praga, o qual em 1977 transportou 108 milhões de passageiros. Os planos prevêem que daqui a vinte anos estarão ao serviço do público 104 estações e 90 Km. de linha

## E quanto à religião, como é?

● O que se passa nada tem a ver com o clima de perseguições e repressão inventado pela propaganda anticomunista.

No último ano lectivo, 396 estudantes estavam inscritos nas seis Faculdades de Teologia (duas das quais católicas) existentes na Checoslováquia, enquanto ao todo no país se editam 26 semanários, mensários e outras publicações religiosas. Só por si, estes simples factos atestam que a liberdade de crença e de culto não é um mero preceito constitucional sem conteúdo preciso, mas sim um direito civil realmente garantido a todos os cidadãos. E acerca da liberdade religiosa, são aliém do mais as próprias igrejas que o atestam, em palavras bem claras.

Pouco mais de três décadas após o início da construção do socialismo, é perfeitamente natural a existência no país de um número considerável de crentes, e para o Estado não se trata de os violentar ou de algum modo de os perseguir, se bem que o objectivo também não seja, evidentemente, incentivar, propagandear ou privilegiar a fé religiosa.

Mes a verdade é que, por muito que isso custe à propaganda burguesa e anticomunista, a democracia socialista é efectivamente uma democracia que garante os direitos e as liberdades dos cidadãos, não apenas formalmente, mas através da criação das condições para que tais direitos e liberdades sejam exercidos na prática.

Deve dizer-se, entretanto, que a tradição religiosa tem fundas raízes no passado do país, traduzindo-se hoje na actividade de dezito igrejas e grupos religiosos, entre eles a Igreja Católica Romana, a Igreja Grega Ortodoxa, a Grega Católica, as comunidades religiosas judaicas e diversas igrejas Protestantes (metodistas, baptistas, unitárias, adventistas).

Para além dos artigos constitucionais onde a liberdade de confissão é garantida, estão em vigor uma série de leis, algumas datadas de 1948, que regulam a vida eclesial e religiosa, principalmente no que se refere àquilo a que poderíamos chamar a sua viabilidade económica, tendo sempre em conta a tolerância religiosa e a igualdade de direitos de todos os credos.

Por outro lado, a manutenção dos edifícios de culto merece também os cuidados do Estado, nomeadamente as inúmeras igrejas espalhadas por todo o país protegidas e estimadas como valiosos monumentos históricos, considerados parte integrante do património cultural do povo.

(Chama-se Tomaz, tem vinte anos, prepara-se para iniciar os estudos românicos em ciências românicas. Durante os dias que permaneci em Praga este foi não só o meu intérprete solícito, mas também o exemplo vivo e quotidiano da forma como o fenómeno religioso é aqui encarado. Filho de um professor numa Faculdade de Teologia e de uma família protestante, ele próprio protestante, diz-me: «Se tenho problemas em trabalhar para o Ministério dos Negócios Estrangeiros? Porque haveria de ter? Tenho tantos como eles em dar-me emprego!»)

Grande parte da imprensa portuguesa e a generalidade da imprensa ocidental ao serviço do imperialismo fez e continua a fazer grande barulho acerca dos chamados «dissidentes». O que se passa realmente na Checoslováquia — escondem-no. Preferem divulgar o arrozado de meia dúzia de exilados, antigos exploradores do povo que o povo reduziu à sua legítima condição de cidadãos iguais aos outros; tal situação não lhes agradou, e el-os a soldo do imperialismo despejando mentiras e calúnias sobre a sua prática socialista.

O que dizem as igrejas

Mes a realidade é a realidade e por exemplo no que se refere à religião o que se passa não tem nada a ver com o clima de perseguições e repressão inventado

pela propaganda anticomunista. Os documentos são muitos, mas registemos por exemplo o que em Janeiro de 1977 se dizia numa declaração pública do Conselho de Congressos Religiosos Judaicas:

«Precisamente a nossa associação religiosa, pequena pelo número dos seus filiados, pode comparar muito bem a época não longínqua em que os cidadãos de nacionalidade judaica careciam realmente de todos os direitos humanos e pessoais, com a situação actual em que vivemos como cidadãos livres da República Socialista da Checoslováquia. Gozando de direitos iguais aos de todos os outros cidadãos deste país, disfrutando de todas as liberdades e de todos os direitos garantidos pela Constituição e as outras leis checoslovacas, incluindo a liberdade de culto que o Estado assegura plenamente mesmo sob o ponto de vista económico. Os autores da chamada Carta 77 não querem defender a paz e a liberdade, o seu único objectivo é difamar o regime socialista e o povo que lhe é fiel, dando assim as mãos aos elementos da reacção mundial que odeiam o socialismo e que não querem assegurar ao mundo a tranquilidade e a paz.»



Dozito Igrejas desenvolvem normalmente a sua actividade na Checoslováquia

Nessa mesma altura, afirmava o presidente do Conselho Metropolitano da Igreja Ortodoxa, também a propósito da «Carta 77»:

«Nenhum dos nossos fiéis subscreveria alguma vez uma carta semelhante. Por isso ninguém tem o direito de manifestar-se em nosso nome e dos nossos coincidentes de uma maneira tão negativa. Condenamos a mencionada iniciativa que ataca o nosso Estado socialista. Um dos princípios fundamentais da Igreja Ortodoxa da Checoslováquia é dar o seu sincero e activo apoio à construção da nossa querida pátria e à criação de condições favoráveis ao seu florescimento económico e cultural.»

Os exemplos poder-se-iam multiplicar. Por aqui se vê no concreto o que é a monstruosa e infame campanha que os meios de comunicação ao serviço da reacção desenvolvem, deturpando sem vergonha as realidades.

Só mais um exemplo, a vários títulos significativo. Poucos dias volvidos após o histórico discurso de L. Brejnev em Berlim, no fim do ano passado, contendo propostas para a garantia da paz mundial, os sacerdotes católicos da Checoslováquia organizados na associação «Pazem in Terris», reunidos em congresso, aprovaram por unanimidade uma declaração em que se congratulavam com tal iniciativa, vendo nela uma grande esperança para o futuro da paz na Europa e no mundo.

Presidiu à reunião o bispo católico checoslovaco Josef Vrána, que teve a oportunidade de sublinhar: «Cada contributo à edificação da paz é valioso, especialmente o do secretário-geral do CC do PCUS em Berlim. Só desejamos que todo o mundo compreenda de forma devida a sua nova iniciativa de paz e a aproveite para terminar com a corrida às armas e garantir a paz.»

(Tomaz, jovem estudante de Praga, intérprete nas horas vagas, protestante de sua fé, sorri à minha pergunta e depois diz: «Não, não sou do partido, mas que outros de minha fé o sejam. Mas penso que a missão de todos nós é construir uma pátria cada vez mais feliz e próspera, e conseguimos todos juntos, comunistas e não comunistas.»)



Centenas de turistas de todo o mundo passam todos os dias pela Praça Stanislaw, centro histórico da velha Praga

## Imprensa, Rádio e Televisão

Na Checoslováquia publicam-se 30 jornais diários, 271 revistas semanais e 759 outros periódicos, com uma tiragem global por ano que ultrapassa os dois milhões de exemplares. Trata-se de um número impressionante, principalmente se nos lembrarmos que a Checoslováquia tem uma extensão ligeiramente maior que a de Portugal e em pouco ultrapassa os quinze milhões de habitantes.

Pusemos a questão ao camarada Morani, director adjunto do Rudé Pravo (órgão central do PCC, tiragem diária de 900 mil exemplares).

— É um hábito no nosso país — disse — as pessoas comprarem mais do que uma publicação. Para além dos grandes diários nacionais, existe uma vasta gama de

periódicos dedicados a aspectos específicos, desde a ciência e a técnica ao desporto e à arte, passando pelas simples revistas recreativas, e é pois natural que cada cidadão adquira várias publicações a fim de satisfazer o seus diversificados interesses.

Tal só é possível, como é óbvio, devido ao preço acessível dos jornais e revistas, e também por outras razões facilmente adivinháveis: a inexistência de analfabetismo, por um lado, e as condições sociais propiciadoras de um vasto interesse pela leitura e pela aquisição de conhecimentos e informações, por outro lado.

Panorama semelhante é-nos oferecido pelos outros meios de comunicação de massa. No que se refere

à rádio, 10 emissores cobrem todo o território emitindo 24 horas por dia, ocupando a Checoslováquia um dos primeiros lugares no mundo quanto ao número de aparelhos por habitante.

O mesmo se passa em relação à televisão (mais de 80% das famílias possuem um aparelho), a qual existe no país desde 1953, transmitindo actualmente através de 54 emissores um programa de doze horas diárias (metade da programação é a cores) por intermédio de dois canais.

Segundo pudemos observar, a televisão (tal como a rádio) produz uma programação muito variada, com particular destaque para os serviços informativos, os programas culturais e de divulgação, o teatro e o cinema e ainda os programas musicais.

Semana

21 Quarta-feira

1979 - O embaixador em Paris do "Império Centro-Africano" do ditador Bokassa confirma o massacre de crianças em Bangui e pede asilo político em França.

Sublevam-se várias cidades da zona meridional da Coreia do Sul contra o regime ditatorial, encontrando-se já praticamente controlado pelas massas sublevadas a importante cidade de Kwangju, onde 200 000 civis enfrentam uma força militar de 10 000 homens...

22 Quinta-feira

1885 - Data provável da morte do escritor francês Victor Hugo.

O governo sul-coreano cede a algumas exigências da população sublevada da cidade de Kwangju, enquanto manda cercar a cidade com fortes dispositivos militares...

23 Sexta-feira

1960 - Morre o físico francês George Claude, que descobriu o processo de liquefação do ar.

O comando militar norte-americano cancela licenças e viagens aos 40 000 homens que tem estacionados na Coreia do Sul, tendo a agência soviética TASS denunciado os preparativos de Washington para uma intervenção armada...

24 Sábado

1979 - A África do Sul é expulsa da Assembleia Geral das Nações Unidas, depois de ter sido confirmada a rejeição de credenciais apresentadas por uma delegação do governo racista.

Os tanques do Exército sul-coreano avançam para as proximidades do centro da cidade sublevada de Kwangju. Os participantes na 8.ª conferência nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que ontem terminou, denunciam num documento intitulado "Declaração de Manaus" a ilegalidade do poder institucionalizado no Brasil...

25 Domingo

1979 - Um avião a jacto "DC-10" da American Airlines despenha-se no aeroporto de Chicago pouco depois da decolagem, vitimando os 264 passageiros e os 12 tripulantes que seguiam a bordo.

O padre católico Roberto Zagala denuncia em Tegucigalpa, capital das Honduras, que tropas salvadoreñas mataram a tiro pelo menos 325 camponeses no passado dia 14 de Maio. O ministro da defesa de Israel, Ezer Weizman, apresenta a sua demissão ao primeiro-ministro Menachem Begin...

26 Segunda-feira

1968 - Morre o compositor brasileiro Camargo Guarnieri.

Forças militares ocupam alguns pontos da cidade sul-coreana de Kwangju, onde nos últimos sete dias a repressão fez cerca de 300 mortos e centenas de feridos. A polícia racista sul-africana prende 50 sacerdotes, entre os quais os bispos anglicanos Desmond Tutu e Timothy Bavin...

27 Terça-feira

1973 - É instaurada a ditadura fascista no Uruguai.

As tropas sul-coreanas fazem o assalto final à cidade de Kwangju com armas pesadas, helicópteros e blindados; desmante-se o número de mortos e feridos e foram feitas centenas de prisioneiros; os soldados fazem agora buscas de casa em casa...

Movimento popular contra a ditadura na Coreia do Sul

Sete dias de luta, que se prolongam, abalam profundamente a realidade política da Coreia do Sul. Difícilmente se pode falar de democracia, mas, independentemente das suas consequências imediatas - dentre as quais a demissão do governo - a marca desta grandiosa batalha popular é inapagável...

O levantamento popular na Coreia do Sul surge na sequência de manifestações estudantis exigindo reformas democráticas. O governo ditatorial de Seul, que deve a sua própria existência e manutenção à política de Washington e ao apoio que a Casa Branca continua a prodigalizar-lhe, respondeu pela repressão...

As forças militares governamentais entraram entretanto em Kwangju e desmantelaram as barricadas com bulldozers e tanques. Contam-se centenas de mortos. Centenas de feridos correm o risco de morrer por falta de medicamentos e de tratamentos adequados...

o recuo popular - através de uma comissão de representantes que negociou as condições - reflecte particularmente bem a sua força e as potencialidades futuras. Dois factos se destacam na sucessão dos acontecimentos na Coreia do Sul: 1) O regime contou fundamentalmente com dois apoios: o Exército sul-coreano (estritamente ligado aos EUA) e Washington, que não só ordenou o transporte de dois "radares voadores" AWAC para a base militar de Okinawa, no Japão...



Os actuais acontecimentos na Coreia marcam um momento importante da luta popular contra o governo da Coreia do Sul. Na foto, familiares de presos políticos, protestam contra as arbitrariedades impostas, a tentativa de silenciar a oposição democrática

Pela primeira vez um húngaro no espaço



Desde a passada segunda-feira que se encontra no espaço mais uma nave soviética, a Soyuz-36, levando a bordo o cosmonauta soviético Valeri Nikoláievich Kubasov, piloto cosmonauta, duas vezes Herói da União Soviética, e pela primeira vez, um cosmonauta húngaro, Bertalan Farkas.

A Soyuz-36 irá acoplar à estação espacial Saliut-6, juntando-se assim à nave espacial Soyuz-35, que partiu em 9 de Abril do aeroporto cósmico Baikonur da União Soviética, levando a bordo o comandante da nave tenente-coronel Leonid Popov e o engenheiro Valeri Riumin. A Soyuz-35 acoplou à estação espacial Saliut-6, no dia 10 de Abril.

Pesada derrota para o imperialismo

A agressiva política externa norte-americana está a sofrer uma nova e significativa derrota. Não surtiram o efeito desejado os insistentes esforços para um boicote - expressão aliás incompatível com a terminologia desportiva - aos Jogos Olímpicos de Moscovo. O balanço provisório - adesão de 85 países, recusa de 36 e ausência de outros 20, incluindo países que não estarão em Moscovo por considerarem não ter condições desportivas, como é o caso do lémen Democrático, Nicarágua, Libéria, Costa Rica, Filipinas e Ghana - representa um clamoroso fracasso para Washington. Para bem do desporto e da luta pela paz...



a participação - ainda possível - nos Jogos em Moscovo. Na RFA, mesmo o sector Juvenil do Partido Social-Democrata exige que o governo retire a sua "recomendação" ao comité olímpico. Na mensagem aos organizadores e participantes nos Jogos Olímpicos de Montreal, Brejnev escreveu: "A URSS apoia e apoiará o Movimento Olímpico moderno. Os soviéticos preparam-se para os Jogos

Olimpícos de Moscovo, em 1980, e tudo farão para que esses Jogos decorram num nível elevado e dêem um novo impulso aos nobres ideais de amizade e paz". É natural que aqueles que desenvolvem uma política tendente a um retorno à "guerra-fria", que impõem aos povos uma nova corrida aos armamentos e defendem a intervenção armada onde os seus interesses - os interesses dos grandes monopólios - se encontram ameaçados, não se empenhem em contribuir para que os Jogos Olímpicos constituam um impulso mais para a paz no mundo, para a compreensão e a aproximação entre os povos.

Apesar dos grandes esforços, da campanha de calúnias desenvolvida pelo imperialismo, no dia 19 de Julho inauguraram-se em Moscovo os Jogos Olímpicos. Assim o que uma significativa maioria de países, numa reafirmação de que os povos não estão dispostos a servir de instrumento a uma política virada contra os seus interesses.

de Somoza, iniciando na Nicarágua um processo verdadeiramente revolucionário. Actualmente o imperialismo e as forças da reacção na América Latina, multiplicam esforços para reinverter a situação ou pelo menos impedir a continuação de um processo libertador. Segundo escrevia recentemente a revista norte-americana "Nation", a Guatemala é o primeiro candidato a substituir o regime de Somoza no papel de "estabilizador" regional. Nesse sentido está a ser formado em território guatemalteco um exército de mercenários composto por elementos da extrema-direita local, emigrados cubanos, ex-guardas de Somoza, comandados por instrutores norte-americanos e israelitas. O ataque ao movimento popular em El Salvador é bastante diversificado.

Luta e repressão em Salvador e Guatemala

A maioria das notícias sobre a América Latina referem, prioritariamente, o agravamento contínuo da repressão. O que reflecte o traço fundamental dos regimes do continente apoiados por Washington - a violência - e simultaneamente, o ascenso da luta das massas populares contra essa situação. A 14 de Maio - segundo denúncia do padre Zagala, na capital das Honduras - foram assassinados a tiro mais de 300 camponeses que tentavam atravessar a fronteira de El Salvador com as Honduras, pelo rio Sumpul. Entretanto, enquanto em El Salvador são libertados o major Roberto D' Abusson e outros implicados numa conspiração fascista, e que pertencem ao agrupamento de extrema-direita - Frente Ampla Nacional - financiada por elementos das mais ricas famílias do País, as diversas organizações fascistas salvadoreñas unem-se para formar o "Exército Secreto Anticomunista". Simples coincidência?

Na Guatemala, trinta dirigentes sindicais foram assassinados desde o 1.º de Maio, tendo sido encontrados cadáveres com sinais de tortura, poucos dias depois do sequestro dos sindicalistas. Aliás, segundo estatísticas não oficiais, o número de assassinatos diários passou de 5-6 para mais de 10. Isto apesar da farsa de 1978, com que se tentou, através de uma mascarada de eleições, em que mais de dois terços do eleitorado não foi às urnas e o actual presidente foi "eleito" por 15 por cento dos votos, encobrir a essência profundamente repressiva do regime. Nos primeiros anos da década de 70, os povos da América Latina

Dia da Libertação de África - que perspectivas

No dia 21 de Maio iniciou-se na capital do Zimbábue a primeira sessão do Parlamento. Nesse mesmo dia, tropas sul-africanas com helicópteros de combate, veículos blindados e apoio de artilharia, atacaram o sul de Angola, matando mais de 200 angolanos (o segundo ataque deste mês). São factos ocorridos na semana de solidariedade internacional com o povo do continente africano, que culminou no dia 25, Dia da Libertação de África, e que nos dão uma significativa imagem da realidade, hoje, em África.

O Dia da Libertação de África, proclamado pela OUA, e comemorado em todo o mundo - também em Portugal - surge como data oportuna para um balanço e um novo impulso na luta pela libertação do continente, contra o colonialismo e o neocolonialismo, contra o imperialismo e todas as formas de dominação estrangeira.

NÃO são simples os problemas e as tarefas com que se defrontam os povos de África. Os gigantescos passos dados nos últimos 20 anos - passou-se de uma dúzia para 50 Estados independentes e foi liquidado o último império colonial, o português, dando lugar a um núcleo de países progressistas numa importante zona do continente africano, alterando a face de África, onde se vive hoje uma realidade profundamente heterogénea. Mas números globais como o do rendimento médio anual por habitante - o mais baixo do mundo -, e o da taxa de mortalidade infantil - a mais elevada -, dão-nos a medida dos gigantescos problemas a enfrentar, do peso ainda vivo do colonialismo e particularmente do neocolonialismo, da grande mancha do continente ainda submetida a uma total dependência económica.

A interação dos factos é evidente. Há bem pouco as fronteiras moçambicanas eram sistematicamente flageladas pelas tropas racistas da Rodésia. Hoje povos amigos, países com governos representativos, fazem fronteira comum.

A VIZINHA-SE o momento em que tal será também a realidade na fronteira de Angola com a Namíbia. É esse o sentido da evolução do continente. A vitória do Zimbábue este ano aponta para novas vitórias.

A PESAR das muitas dificuldades que se arrastam, do peso das antigas potências coloniais, particularmente visíveis nas lutas internas no Tchad, da debilidade e da indefinição do movimento de libertação em algumas zonas, neste Dia de Libertação de África o balanço não pode deixar de ser positivo.

Liquidada a fome no Kampuchea, uma grande vitória

No quinto aniversário do derrube do regime fantochê Loh Noi apoiado pelos EUA, o Kampuchea pode anunciar que o flagelo da fome - uma das mais trágicas consequências da política reaccionária de Pol Pot-Long Sary - foi finalmente vencido. Não naturalmente por mão dos que lançaram uma venenosa campanha contra o novo Kampuchea livre e democrático, e, dizendo defender os direitos do seu povo, das suas crianças, se esforçaram por auxiliar o mais possível os grupos contra-revolucionários, concentrados nas fronteiras. Mas graças ao árduo trabalho do povo do Kampuchea. Graças à solidariedade internacional. "Graças aos intensos esforços de recuperação das terras incultas e ao auxílio eficaz do Vietnam, União Soviética e outros países socialistas" - como destacou recentemente o vice-presidente do país, Penn Sovan.

Em Janeiro de 1979, 45% da população activa, 60% dos trabalhadores qualificados e experientes, estava morta. Os intelectuais, professores, artistas, jornalistas, representavam 10% dos existentes em 1975. Todas as cidades tinham sido esvaziadas da sua população. Dos seus 3 000 000 de habitantes, a capital contava com cerca de 37 000. Quase todas as fábricas estavam destruídas. Não havia nem uma escola, nem um hospital, nem um estabelecimento cultural. As famílias estavam dispersas. As pessoas físicas e psiquicamente mercadas pelo sofrimento, por um trabalho estenuante e sem sentido. Nos primeiros dias da libertação, nalgumas regiões, todos os habitantes de uma aldeia tinham que se servir, à vez de uma charrua, de uma simples faca. Não havia mais.

Os frutos estão à vista. Frutos possíveis com um poder revolucionário, o empenho popular, a activa solidariedade da comunidade socialista.

Esta vitória do trabalho e da solidariedade é neste momento um ponto culminante da luta pela reconstrução nacional. Dizer-se que o Kampuchea partiu do zero às 12h 30 de 7 de Janeiro de 1979, não chega a ser verdade. O Kampuchea não partiu do zero. Partiu, digamos, de um nível de desenvolvimento negativo, infra-humano. O que determinou que a tarefa fundamental fosse a da sobrevivência. A liquidação da fome. Tarefa hoje finalmente cumprida.

O poder revolucionário encanou como tarefa prioritária a liquidação da fome. Milhares de camiões, de barcos, de juncos, foram mobilizados para receber e distribuir rapidamente centenas de milhares de toneladas de arroz, outros alimentos e medicamentos, provenientes do Vietnam, da União Soviética, de outros países.

As linhas de orientação estabelecidas apontavam para a rápida instalação da população que se movia por todos os caminhos do país, de retorno às suas casas para a estabilização da vida, para a activa restauração da economia nacional, em primeiro lugar da produção agrícola.

Até Outubro de 79, em todo o país, foi cultivado arroz em mais de 550 000 ha e legumes e outras plantas em cerca de 100 000 ha. Até Setembro foi possível restaurar e pôr a funcionar mais de 40 fábricas, algumas de particular importância - restauração de máquinas agrícolas e centrais eléctricas. As principais vias de comunicação, nomeadamente o porto de Kompong Som, ficaram aptos ao recombço da actividade. Milhares de famílias organizaram-se em equipas de pesca.

O renascimento cultural dá também passos decisivos. Com Pol Pot foram assassinados 4 em cada 5 professores. O poder revolucionário formou 15 600 professores, abriu 4200 escolas, frequentadas por 800 000 alunos. No domínio da saúde, conseguiu-se a erradicação das epidemias. Até Setembro de 1979 começaram a funcionar, para uma população que é aproximadamente metade da de Portugal, 25 hospitais, 60 enfermarias, 400 postos médico-sanitários.

Um balanço impressionante para menos de um ano. Balanço do empenhamento, do árduo trabalho de um povo finalmente a construir o seu futuro. Balanço também da força da solidariedade internacional.

Projeção da cultura búlgara

Em 1981 o povo búlgaro comemora 1300 anos de História. Neste longo período da sua vida, o povo búlgaro tem deixado marcas duradouras no desenvolvimento cultural da Humanidade. Entre estes destaca-se a obra dos eruditos eslavos, os irmãos Cirilo e Metódio, criadores do alfabeto, da literatura e da base linguística eslava e búlgara. A criação do novo alfabeto foi um acto de extrema importância para os povos da Europa Oriental no início da Idade Média.

assume um carácter progressista, um exemplo de democratização da cultura na época, pois opoñdo-se à teoria reaccionária de que só três línguas - consideradas divinas - poderiam ser utilizadas pela Igreja (o grego, o latim e o hebraico), ataca a divisão dos povos entre "eleitos de Deus" e "bárbaros", a quem é negado o direito a uma cultura própria.

Hoje, esta tradição democrática no domínio da cultura, floresce plenamente na Bulgária socialista. O povo búlgaro orgulha-se justamente pelos êxitos obtidos no domínio da cultura, da ciência e da educação, nos 35 anos de revolução socialista: - Actualmente o ensino na Bulgária é obrigatório e completamente gratuito até aos 16 anos de idade;

- Nos 26 centros de Ensino Superior estudam cerca de 24 mil estudantes, ocupando a Bulgária um dos primeiros lugares no mundo pelo número de estudantes relativamente à população; - As 24 casas editoras do país publicam anualmente 50 milhões de livros de autores de 35 países. Os livros de autores búlgaros estão traduzidos em 65 línguas; - Existem no país 55 teatros estatais, 6 óperas, 12 orquestras sinfónicas.

"No domínio da cultura não há povos grandes e pequenos porque cada povo, por mais pequeno que seja, pode dar a sua contribuição para o tesouro cultural da Humanidade" - dizia Dimitrov. O povo búlgaro ilustra bem esta verdade.

Entretanto estes planos estão longe de ter bases sólidas. O exemplo da Nicarágua fruitiva - nomeadamente na unidade das forças de esquerda. A Guatemala não é país seguro como "estabilizador". Apesar de uma violência repressiva que se reveste do carácter de genocídio e se traduz em factos tão significativos como o da ausência de presos políticos (são praticamente todos

assassinados), sucedem-se manifestações, greves e outras acções de massas. O ano passado foi possível criar - por iniciativa do Partido Guatemalteco do Trabalho (comunista) - uma Frente Democrática contra a repressão, englobando as mais representativas organizações populares e democráticas.

El Salvador vem a ser considerado pelo imperialismo como um dos perigos mais imediatos. Os assassinatos colectivos e selectivos não têm impedido o ascenso do movimento popular de massas. Greves e manifestações de rua sucedem-se contra a repressão, pela liberdade e a democracia, em apoio de reivindicações salariais. O movimento popular na América Latina está maduro para novas vitórias.

# Único caminho: Não à adesão à CEE!

**Portugal e o Mercado Comum**  
**Conferência do PCP**  
 Porto - 31 Maio 1980  
 Faculdade de Economia  
 sessão de encerramento  
 Palácio de Cristal, 21.30h

## É já depois de amanhã na cidade do Porto

Realiza-se depois de amanhã, sábado, 31 de Maio, a Conferência do PCP "Portugal e o Mercado Comum", na Faculdade de Economia do Porto, com sessão pública de encerramento no Palácio de Cristal.

Os trabalhos decorrerão com os seguintes horários:  
**Manhã** - Faculdade de Economia  
 9.30 - Abertura em sessão plenária, com saudação aos delegados e convidados. Eleição dos Órgãos da Conferência.  
 ● Intervenção de Carlos Costa, da Comissão Política do CC do PCP.

● 11-13 H. - Funcionamento das Secções

**Tarde** - Faculdade de Economia  
 ● 15 H - Continuação do Funcionamento das Secções  
**Noite** - Palácio de Cristal  
 21 H - Sessão plenária de encerramento com:  
 ● Leitura das Conclusões de cada Secção  
 ● Aprovação de um documento final da Conferência  
 ● Discurso de Encerramento de Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP.

### INFORMAÇÕES/ APOIO A PARTICIPANTES

Centro de Trabalho de Aníbal Cunha  
Telf. 31 5567 - 319709

#### OUTROS TELEFONES ÚTEIS

Centro de Trabalho da Boavista (DORP)  
Telf. 69 5206/69 3072/69 5546

Caminhos de Ferro (Informações)  
Estação de S. Bento - Telf. 564224  
Estação de Campanhã - Telf. 564141

Radiotáxi - Telf. 48 80 61

TAP-Informações (Pedras Rubras)  
- 9482144  
Reservas - 9481751/9481826

**Portugal e o Mercado Comum**  
**Conferência do PCP**  
 Porto - 31 Maio 1980  
 Faculdade de Economia  
 sessão de encerramento  
 Palácio de Cristal, 21.30h

## Objectivos

● Debater e examinar em profundidade as consequências de uma eventual integração de Portugal na CEE: consequências económicas, sociais e políticas para os diversos sectores da economia nacional, para o regime democrático e os interesses populares e nacionais.

● Desenvolver ideias e estudos e propor alternativas adequadas à defesa dos interesses nacionais, do regime democrático, das transformações

económicas e sociais que o integram, da salvaguarda da independência nacional.

● Alargar ainda mais o debate público que, particularmente durante este ano, o PCP tem incentivado e no qual participam de forma crescente trabalhadores, quadros técnicos, industriais, comerciantes e agricultores, membros do PCP e democratas de outras tendências que têm dado a sua contribuição para o estudo dos problemas.

## Sessões de trabalho

### 1.ª Secção - Efeitos globais da adesão à CEE e alternativa

Principais temas: O alargamento da CEE e a crise do capitalismo. Agravamento recente das desigualdades interpaíses da CEE. Efeitos globais da adesão sobre a economia portuguesa. A «crise energética» e a adesão à CEE. Problemas institucionais e direitos derivados. Os efeitos da adesão sobre a estrutura interna de preços. Alternativa à CEE.

### 2.ª Secção - Trabalho e Emigração

Principais temas: Direitos dos Trabalhadores. Livre circulação dos trabalhadores e a emigração. Salários. Segurança Social,

Emprego, Fundo Social Europeu.

### 3.ª Secção - Pescas

Principais temas: Acesso e protecção dos recursos. Implicações do regime dos mercados: oferta e concorrência. Efeitos sobre a indústria conserveira.

### 4.ª Secção - Agricultura

Principais temas: a política agrícola comum e as estruturas agrárias. Cereais. Carne. Leite. Floresta. Vinha. Vinho. Batata. Hortofrutícolas. Citrinos. Agro-indústria.

### 5.ª Secção - Indústria Ligera

Principais temas: Têxtil e confecções. Material eléctrico e electrónico.

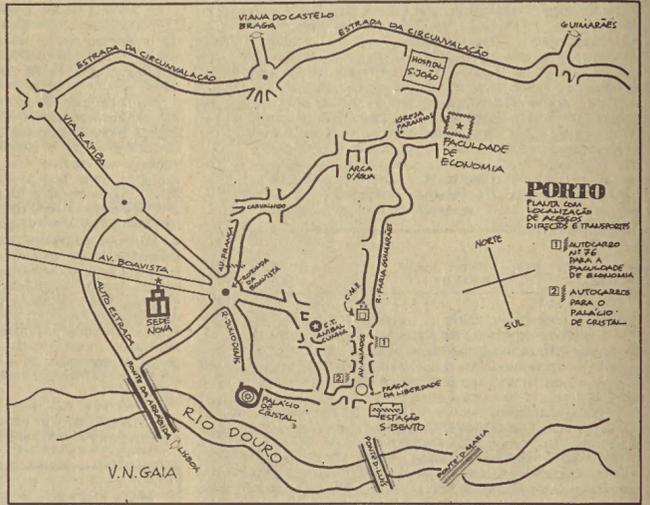
Máquinas ferramentas. Madeiras e cortiças. Calçado. Problemas de Tecnologia.

### 6.ª Secção - Indústria pesada, Extractiva, Construção Civil

Principais temas: Aço. Naval. Celulose e Papel. Química. Metalomecânica. Construção Civil, cimentos e vidro plano. Extractiva. Problemas de tecnologia.

### 7.ª Secção - Comércio, Transporte, Turismo

Principais temas: Efeitos da adesão sobre a estrutura de comercialização. Circuitos de Comercialização. Organismos de Coordenação Económica. Comércio Externo. Turismo. Transportes internacionais. Transitários. Problemas alfandegários.



## Delegações estrangeiras

Porque o alargamento do Mercado Comum é uma questão de interesse inquestionável quer para os povos que hoje fazem parte deste organismo, quer para aqueles cujos governos pediram a adesão, o nosso Partido considerou do máximo interesse a presença na Conferência de representantes dos Partidos Comunistas Irmãos desses respectivos países. Assim o convite que foi dirigido à participação nos trabalhos de representantes dos partidos da Europa dos Nove: Partido Comunista Francês, Partido Comunista da Bélgica, Partido Comunista da Holanda, Partido Comunista Luxemburguês, Partido Comunista da Dinamarca, Partido Comunista Italiano, Partido Comunista Alemão, Partido Comunista da Grã-Bretanha e Partido Comunista da Irlanda. Assim como ao Partido Comunista de Espanha e Partido Comunista da Grécia, países que, com Portugal, são os actuais candidatos à abertura da CEE.

positiva os seguintes partidos:

**Partido Comunista Francês**, representado pelo camarada Girard Laprat, secretário-geral do Grupo Comunista do Parlamento Europeu.

**Partido Comunista da Bélgica**, representado pelo camarada Jacky Nagels, do Comité Central.

**Partido Comunista da Grécia**, representado pelo camarada Yannis Dragasakis.

**Partido Comunista da Irlanda**.

**Partido Comunista de Espanha**, representado pelo camarada Robert Sancho, economista do Grupo Parlamentar do PCE.

**Partido Comunista Italiano**.

**Portugal e o Mercado Comum**  
**Conferência do PCP**

Deram até ao momento resposta

## A adesão à CEE e as PME's: operação falência

«Para se ter uma ideia tão clara quanto possível dos efeitos que a futura adesão às Comunidades Europeias pode vir a ter sobre as PME's (Pequenas e Médias Empresas) haverá que ter em conta...»

«O acréscimo da concorrência a que as PME's portuguesas virão a fazer face no mercado interno...»

«Esse acréscimo de concorrência resultará fundamentalmente da eliminação dos direitos residuais que ainda subsistem em relação às importações provenientes dos actuais países da Comunidade Económica Europeia para não falar nos da EFTA, e da abertura no mercado português às produções concorrentes não só de Espanha e da Grécia, tal como Portugal candidatos à adesão à Comunidade Europeia, mas também de outros países europeus, africanos, asiáticos ou latino-americanos...»

«... Ora dada a debilidade estrutural da indústria portuguesa torna-se evidente que esse acréscimo de concorrência não poderá deixar de envolver sérios riscos para o futuro das pequenas e médias unidades industriais portuguesas...»

«... E isto não apenas para os sectores onde predominam PME's com capacidade concorrencial escassa mas igual-

mente para sectores industriais em que «Portugal é actualmente competitivo - como, por exemplo, certas indústrias alimentares, os têxteis e as confecções - e em que as PME's ocupam um lugar central, serão também sujeitos a uma forte concorrência no mercado português, nomeadamente por parte da Grécia e de Espanha e de certos países afro-asiáticos...»

«Em virtude do processo de adesão, estes sectores industriais deixarão de poder contar com a protecção do mercado interno...»

«... No campo da exportação, as vantagens adicionais que a adesão trará para as PME's portuguesas serão necessariamente limitadas...»

«... Daí um desequilíbrio nítido entre as vantagens adicionais de que as PME's portuguesas poderão vir a beneficiar no plano comercial e o acréscimo da concorrência a que terão de fazer face como consequência da adesão...»

Portuguesa, um dos mais acérrimos defensores da adesão...

### Ruína para maioria das PME's. Desemprego crescente

Diagnóstico feito, qual a terapêutica apontada pela Confederação do grande patronato, CIP? Sim, porque tem de apontar algum remédio sob risco de perder o apoio dos empre-

entenda prestar ao nosso país...» E é verdade que a Comunidade já anunciou um apoio financeiro às PME's portuguesas. Mas tal apoio, independentemente do seu montante, não passará de um balão de oxigénio vindo de fora, da parte dos que com a integração de Portugal, comerão «a carne e os ossos» de grande parte da estrutura empresarial do nosso país. O que se trata, para os políticos dos Nove

mento funcionam mas só para os grandes? Quando, afinal, segundo o Boletim da própria CIP «os bancos respondem em geral razoavelmente às necessidades de financiamento da PME's, ainda que em condições por vezes menos favoráveis que aquelas que beneficiam as grandes empresas...» e que - ainda segundo o Boletim da CIP, dos créditos globais do Banco Europeu de Investimentos, apenas 17%, em média nos últimos anos, foi canalizado para as PME's?

Mas há sempre outros recursos... O prof. Freitas do Amaral já apontou um com a clareza de quem não tem dúvidas quanto ao remédio a usar: o caminho de falências, como forma de resolver a questão. Para ele é uma questão de simples resistência. Quem puder aguentar o embate, aguenta, quem não puder, que fique pelo caminho. Um outro caminho aparentemente mais civilizado é o da «criação de esquemas favorecendo a concentração e fusão das PME's» (circular n.º 240/78 da CIP). Quer um, quer outro, leva ao que os senhores da CIP e os partidos de direita consideram normal na economia capitalista: a concentração e centralização do capital na mão de um número cada vez menor de empresários. O destino

dos que ficam marginalizados é-lhes absolutamente indiferente. É a lei da selva da economia capitalista. Aliás é este o destino das PME's em todos os países do Mercado Comum. Alguns exemplos: em França, de 1962 a 1975, desapareceram 66 097 estabelecimentos de bens alimentares (5000/ano); na Bélgica o total de estabelecimentos a retalho diminuiu de 170 109 em 1971 para 144 293 em 1970; na Holanda entre 1950 e 1976 desapareceram mais de 50% dos retalhistas existentes. Em Portugal, com a adesão, este destino seria ainda mais rápido, se tivéssemos em conta que 90% das empresas industriais têm menos de 100 trabalhadores e que, segundo inquérito do INE, cerca de 41% das empresas comerciais portuguesas classificaram deficitária a sua actividade no 3.º trimestre de 1979.

Este é o futuro que a CIP, a CAP, a CCP apontam e defendem para a iniciativa privada portuguesa. Um futuro que pode, que tem de ser evitado seguindo o único caminho coerente com os interesses patriotas de defesa da economia nacional: não entrar na CEE e definir uma política económica e financeira, uma nova dinâmica na gestão da banca nacionalizada de apoio às PME's.

## A dúvida...

O circunspecto «Financial Times», a propósito da última visita a Portugal de Roy Jenkins, presidente da Comunidade, afirmou que já não é só o «ortodoxo» Partido Comunista Português a manifestar-se contra a adesão, dando a entender que em certos meios sociais e de empresários o bichinho da dúvida cava fundo...

sários portugueses, na sua maioria esmagadora, de pequena e média envergadura.

Diz a CIP: «parece lícito afirmar-se que algumas das dificuldades podem em grande parte ser ultrapassadas, não só através de adaptações estruturais a promover pelo Governo Português mas também do apoio que a Comunidade

e os políticos da adesão do nosso país é dar o engodo aos países para mais facilmente os pescar. Porque razão, afinal, haviam de ser as PME's portuguesas privilegiadas quando o Organismo de Apoio às PME's da CEE não tem sequer funcionado (é ver os milhares de empresas falidas!), quando os esquemas de financia-

## Vantagens da adesão: para quem e porquê?

● Vantagens na adesão há certamente... mas apenas para uma minoria que detém ou procura deter o poder político e económico nos Nove e no interior do nosso país. A vantagem maior, mesmo em termos dos beneficiados é, aliás, confessadamente de carácter político: não há muito tempo, o vice-presidente da CIP, confessou que a adesão não era apenas uma questão económica (para os grandes sectores do patronato) mas sobretudo um meio para

os empresários (leia-se os grandes empresários) se defenderem dos riscos que a evolução democrática e constitucional os faz enfrentar...

● Do suplemento de Economia do «Jornal», do passado dia 23, a mesma tónica de carácter político é apontada por Lorenzo Natali, O Vice-Presidente da CEE, analisando as dificuldades de ordem económica que se colocam ao acelerar da «operação-

adesão», salienta no entanto, as razões de ordem política: «Convém ter sempre presentes as razões profundas que levaram a Comunidade a uma opção política favorável ao pedido de adesão daqueles países: a função da garantia de liberdade e de democracia na Europa, o reequilíbrio geográfico da própria Comunidade e a sua maior presença no Mediterrâneo...» «... Debruçei-me sobre os nós a desatar, para que a operação alargamento constitua um

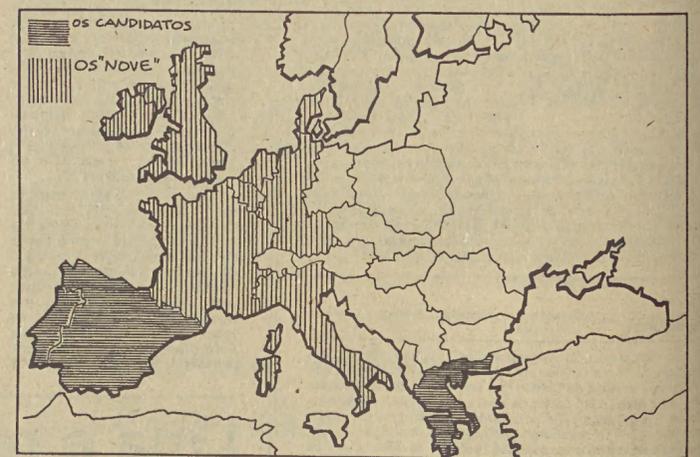
éxito. Os factores em jogo são elevados. Não desatar estes nós significaria enfraquecer a Comunidade e, em última análise, perder toda a vantagem política que o alargamento pode proporcionar à Comunidade».

● Muitos outros tem sido igualmente, ou mesmo mais, claros. Assim há quem não esconda as vantagens para o imperialismo americano, as quais incidem particularmente no alargamento da influência

da NATO à zona mediterrânea, o chamado «Flanco Sul» quer através do regresso da Grécia à NATO; quer pressionando a Espanha - o que não será difícil com a adesão - à entrada na NATO; quer através do reforço da NATO em Portugal.

● Outros que se não queixam das vantagens que obterão são as multinacionais: num relatório considerado altamente «Confidencial» «Vertraulich», «Reservatissimo», «Confidentiel»; «Vertrouwelijk», é afirmado:

«Tendo em conta os mais baixos custos da mão-de-obra dos países candidatos e a forte intensidade da mão-de-obra nas produções mediterrâneas, uma eventual adesão destes países será como consequência uma queda do desenvolvimento e uma transferência das indústrias de transformação agro-alimentar comunitária e das multinacionais para estas regiões onde poderão beneficiar de matérias-primas e de mão-de-obra em condições mais vantajosas. Isto terá efeitos graves tanto ao nível da agricultura como ao nível de desenvolvimento destes países».



## O «paraíso» a que nos candidatam...

**Desemprego** - Entre 1973 e 1978, aumentou de 2383 milhões para 5900 milhões de trabalhadores. Principais atingidos, as mulheres e os jovens que em 1977, constituíram 78% do total de desempregados.

**Agricultura** - Entre 1960 e 1967, destruídas mais de 800 mil explorações. De 1960 e 1969, cerca de 5 milhões de trabalhadores rurais e suas famílias perderam os seus postos de trabalho. Entre 1970 e 1980, mais 5 milhões de pessoas perderão os seus

postos de trabalho (Plano Mansholt). A área média das explorações agrícolas na CEE em 1959 era de 9,5 ha; em 1967, era de 11 hectares, o que atesta o processo de concentração feito à custa dos pequenos e médios agricultores.

**Indústria** - Na CEE, os índices de produção industrial são os mais baixos dos principais países capitalistas.

Em 1967, as 100 maiores firmas concentravam 31,2% do total da produção industrial

e 29% do emprego do total das indústrias. Em 1971, o Reino Unido, a França e a RFA concentravam 84 destas 100 maiores firmas (em termos de vendas). Em 1976 este número já era de 86.

**Assimetrias Regionais** - Mantém-se e aceleram-se - entre países ricos e países pobres da CEE. Um exemplo: a Itália, membro de origem, depois de quase 30 anos, continua com 90% da população com um nível de vida inferior da média da CEE.



Se em cada 100 empresas comerciais portuguesas, 41 tiveram actividade deficitária no 3.º trimestre de 1979 (inquérito do INE) como ficariam estas e as demais, a confirmar-se a adesão?